



Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF



AGENDA 2017-2018



Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF

AGENDA 2017-2018

Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA

PRESIDENTE

Jamal Jorge Bittar

1º VICE-PRESIDENTE

Elson Ribeiro Póvoa

2º VICE-PRESIDENTE

João Batista Alves dos Santos

DIRETOR SECRETÁRIO

Paulo Eduardo Montenegro de Ávila

VICE-DIRETOR SECRETÁRIO

Júlio Cesar Medeiros de Oliveira

DIRETOR FINANCEIRO

Antônio Eustáquio de Oliveira

VICE-DIRETOR FINANCEIRO

Deusdete Bernardes da Silva

DIRETOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO E APOIO SINDICAL

Fernando Antonio Bezerra Japiassu

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO E APOIO SINDICAL

Izídio Santos Junior

DIRETOR DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Graciomário de Queiroz

VICE-DIRETOR DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

João Carlos Pimenta

DIRETOR DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSE

Walid de Melo Pires Sariedine

VICE-DIRETOR DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSE

Giovani Antônio Dias

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Marcontoni Bites Montezuma

VICE-DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Guillermo Amaral Funes

VICE-PRESIDENTES

Bráulio Pereira de Souza

Dionizio Antônio Martins Klavdianos

Élvio Barbosa de Souza

Jorge Luiz Salomão

José Wilson Silva Corrêa

José Cláudio de Lima Lopes

Karina de Lima Szervinsk

Luiz Afonso Delgado Assad

José Marcos Zandonadi

Maria do Socorro Sousa Vale

DIRETORES

Fernando Antônio Santos Olivieri

Gerson Carneiro Spindola Júnior

Humberto Cenci

José Edmilson Barros de Oliveira Neto

José Olímpio Neto

Marcelo Machado Guimarães

Mário Vieira França

Paulo Roberto de Moraes Muniz

Paulo Roberto de Souza

Paulo Sarkis Antônio

Pedro Henrique Achcar Verano

Raimundo Alves da Silva

Raimundo de Jesus de Lima Alves

Walquíria Pereira Aires

CONSELHO FISCAL

Deyr Corrêa

Rodrigo Clavis Perez de Almeida

CONSELHO FISCAL – SUPLENTE

Rui Soares Barros

Jobson Theiss Marques

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CNI – TITULAR

Jamal Jorge Bittar

Elson Ribeiro e Póvoa

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CNI – SUPLENTE

Paulo Eduardo Montenegro de Ávila
e Silva

Luiz Carlos Botelho Ferreira



© 2017 FIBRA - Federação das Indústrias do Distrito Federal

Qualquer parte deste documento poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Presidente

Jamal Jorge Bittar

Assessoria de Desenvolvimento Industrial

Diones Alves Cerqueira

Consultoria

Almeida e Silva Consultores Associados

Paulo Lacerda Almeida e Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Radiola Publicidade e Propaganda

FICHA CATALOGRÁFICA

F293p

Federação das Indústrias do Distrito Federal

Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF :Agenda - 2017 - 2018 /
Federação das Indústrias do Distrito Federal. -- Brasília, 2017.

76 p.

1. Sistema Fibra. 2. Desenvolvimento Industrial. 3. Indústria. 4. Comércio. I.
Título.

CDU 330.3

FIBRA

Federação das Indústrias do Distrito Federal

SIA Trecho 3, Lote 225 Ed. Sede FIBRA

Brasília, DF - CEP 71200-030

Atendimento: de segunda a sexta

Telefone: (61) 3362-6000

<http://www.sistemafibra.com.br>

SUMÁRIO

Palavra do Presidente.....	9
Contexto: Por que é importante desenvolver a indústria no DF?.....	13
Objetivos: Onde precisamos chegar?.....	25
Impactos Econômicos e Sociais: O que podemos esperar?	29
Diretrizes: O que devemos observar?	33
Desafios e ações propostas: O que temos de superar? O que fazer?	35
Governança	37
Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs.....	41
Educação.....	45
Arranjos Produtivos Locais	49
Agilização e racionalização do licenciamento ambiental.....	57
Simplificação e racionalização tributária.....	61
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.....	63
Crédito e Financiamento	67

Lista de Figuras

Fig. 1: Infográfico da estrutura do documento	15
Fig. 2: Taxa de crescimento da população entre 1991 e 2010 (%)	16
Fig. 3: Participação dos Serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB)	17
Fig. 4: Participação da Indústria da Transformação no Valor Adicionado Bruto.....	18
Fig. 5: Participação da Administração Pública no total de empregos (2015)	19
Fig. 6: Participação da Administração Pública no Valor Adicionado Bruto (2015)	20
Fig. 7: Anúncios de Investimentos por UF em US\$ milhões (2004 a 2016)	21
Fig. 8: Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (%)	22
Fig. 9: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do DF e municípios do Entorno.....	23
Fig. 10: Relação entre governança e gestão.....	39
Fig. 11: Concentração do número de estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)	42
Fig. 12: Concentração do número de empregos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014).....	43
Fig. 13: Participação de matriculados no IFB em relação ao total de matriculados nos IFs da região Centro-Oeste, comparados com a participação do DF na população	46
Fig. 14: Participação de matriculados no IFB em relação ao total de matriculados nos IFs do Brasil, comparados com a participação do DF na população	47
Fig. 15: Vantagens de um Arranjo Produtivo Local	50
Fig. 16: Participação do DF nas exportações do Centro-Oeste e Brasil	52
Fig. 17: Participação da soma dos três primeiros países destino no total de exportações (2016).....	53
Fig. 18: Participação de produtos industrializados nas exportações	54
Fig. 19: Principais problemas enfrentados no processo de licenciamento no Brasil	58
Fig. 20: Total de desembolsos do FCO para a Indústria por UF em 2015 (em milhões).....	68
Fig. 21: Participação dos setores nos desembolsos do FCO no Distrito Federal	69
Fig. 22: Total dos desembolsos do BNDES no DF (R\$).....	70
Fig. 23: Participação do Distrito Federal no total de desembolsos do BNDES na região Centro-Oeste e no Brasil.....	71

Palavra do Presidente

PALAVRA DO PRESIDENTE

Temos convicção de que, sozinho, o Estado não será capaz de reverter o cenário econômico em que nos encontramos. Aliado a este entendimento, destacamos a importância da atuação de instituições que, conscientes do papel que exercem em uma sociedade democrática, identificam caminhos, contribuem, mobilizam, demandam e acompanham os resultados da ação dos poderes constituídos.

Neste contexto participativo e colaborativo é que a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), cumprindo com sua missão de agir para que a indústria se fortaleça, melhorando o ambiente de negócio e trabalhando pelo aumento da competitividade das empresas do setor, apresenta o documento – Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF: Agenda 2017-2018.

Este trabalho é fundamentado na experiência da postura proativa de diálogo contínuo e absolutamente transparente e exitoso desenvolvido pela Fibra na interlocução com os Poderes Públicos. O documento é o resultado de consultas ao setor industrial gerando propostas de ações, sobre as quais temos a convicção de que, quando implementadas, poderão refletir positivamente na economia local. As ações constantes deste documento estão agrupadas em oito grandes desafios a serem superados para o alcance dos objetivos, cujo foco é a promoção do desenvolvimento industrial do DF.

Trabalhamos para que a indústria do Distrito Federal seja reconhecida pela oferta de produtos competitivos, com elevados padrões de qualidade, inovação tecnológica e valor agregado. Todos os esforços devem ser no sentido de priorizar atividades de base tecnológica e sustentáveis, visando a absorção do capital intelectual disponível e a redução de impactos ambientais. Ao mesmo tempo, consideramos os efeitos benéficos desta proposta que ultrapassa as fronteiras do DF ao contemplar o desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Exemplo de um dos vetores estruturantes para que o DF ofereça ambiente favorável ao desenvolvimento industrial e o crescimento econômico e social é o BioTic Parque Tecnológico, que dinamizará a base industrial promovendo a geração de conhecimento e novas tecnologias. Nesta vertente, como resultados decorrentes da execução de ações voltadas ao desenvolvimento estruturado do setor industrial, esperamos a atração de investimentos privados, o aumento na geração de emprego e renda, a ampliação da capacidade de investimento do setor público local e a redução da grave desigualdade social em nosso território e seu entorno.

Jamal Jorge Bittar

Presidente da FIBRA

Contexto:

**Por que é importante
desenvolver a
indústria no DF?**

Por que é importante desenvolver a indústria no DF?

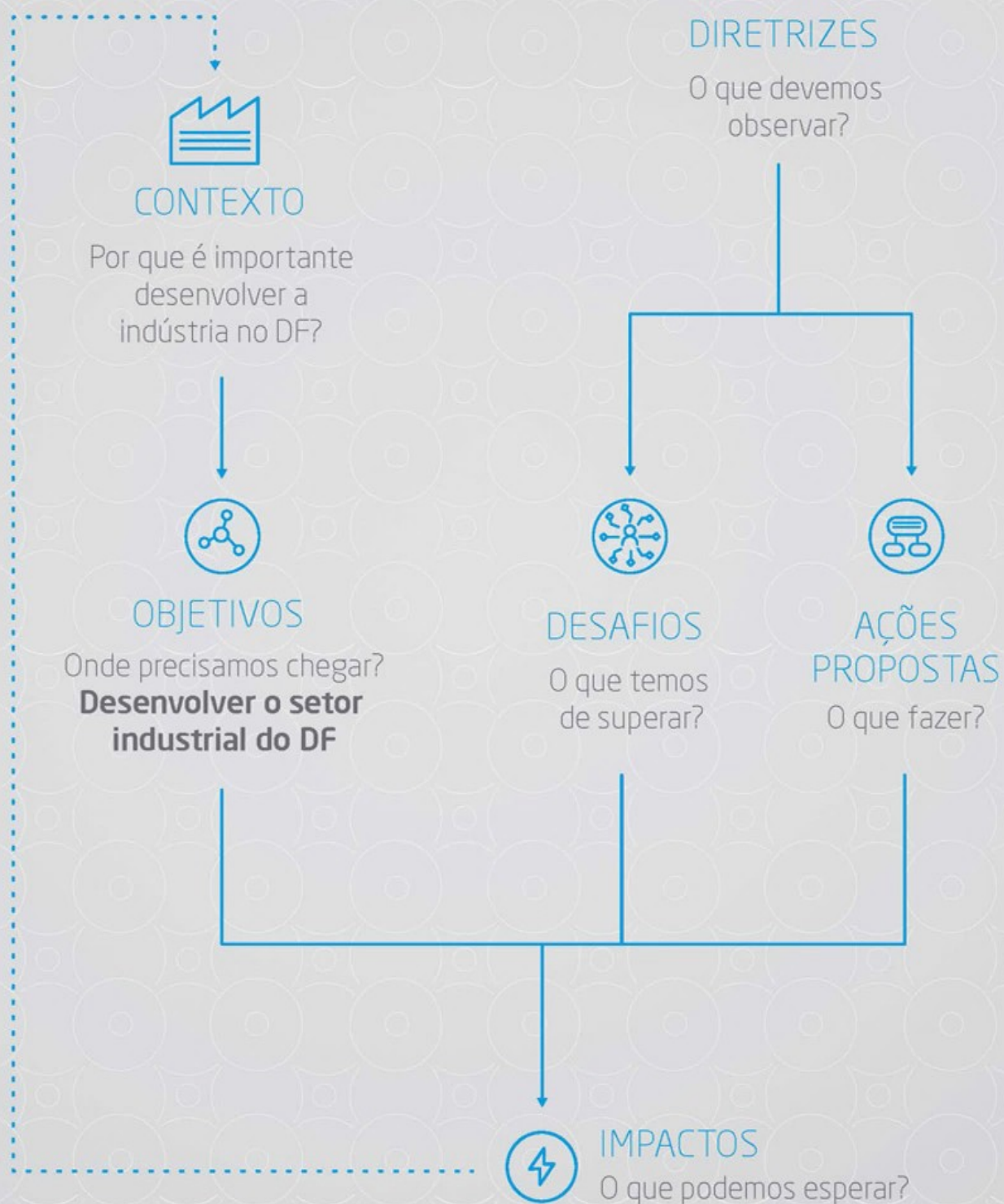
Concebida há mais de meio século como sede administrativa, Brasília passou a atrair cada vez mais brasileiros de todos os cantos. Autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, servidores públicos, gestores, empreendedores, empresários de todos os segmentos econômicos e todos aqueles que viam na nova capital e no Centro-Oeste a realização do sonho de uma vida melhor.

Em pouco mais de 50 anos, no entanto, Brasília esgotou sua vocação original. Segundo o IBGE, a estimativa da população em 2016 era de 2,97 milhões de habitantes e será, em breve, o terceiro grande centro urbano do País, ficando atrás, apenas, de São Paulo e Rio de Janeiro. Importadora de 92% dos produtos industrializados que consome e de 87% dos produtos agrícolas que demanda, Brasília precisa enfrentar seus contrastes sociais, reduzir os índices de desemprego e integrar-se cada vez mais, de forma equilibrada, com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF, a região Centro-Oeste, o Brasil e o mundo.

A necessidade de preservar o núcleo central, Plano Piloto, tombado como patrimônio cultural da humanidade, está colocada em seu horizonte imediato como uma das diretrizes a serem observadas. No entanto, o grande desafio é buscar alternativas capazes de impulsionar o crescimento econômico na capital federal, de modo a atender às novas demandas por emprego, renda e qualidade de vida, sobretudo nas regiões administrativas mais afastadas do núcleo central e nos demais municípios da RIDE-DF.

A partir deste grande desafio é que se propõe o fortalecimento da Indústria local, em uma perspectiva ambientalmente sustentável e socialmente responsável, de modo a alterar os cinco fatores elencados a seguir, característicos do contexto econômico e social do Distrito Federal.

Figura 1: Infográfico da estrutura do documento

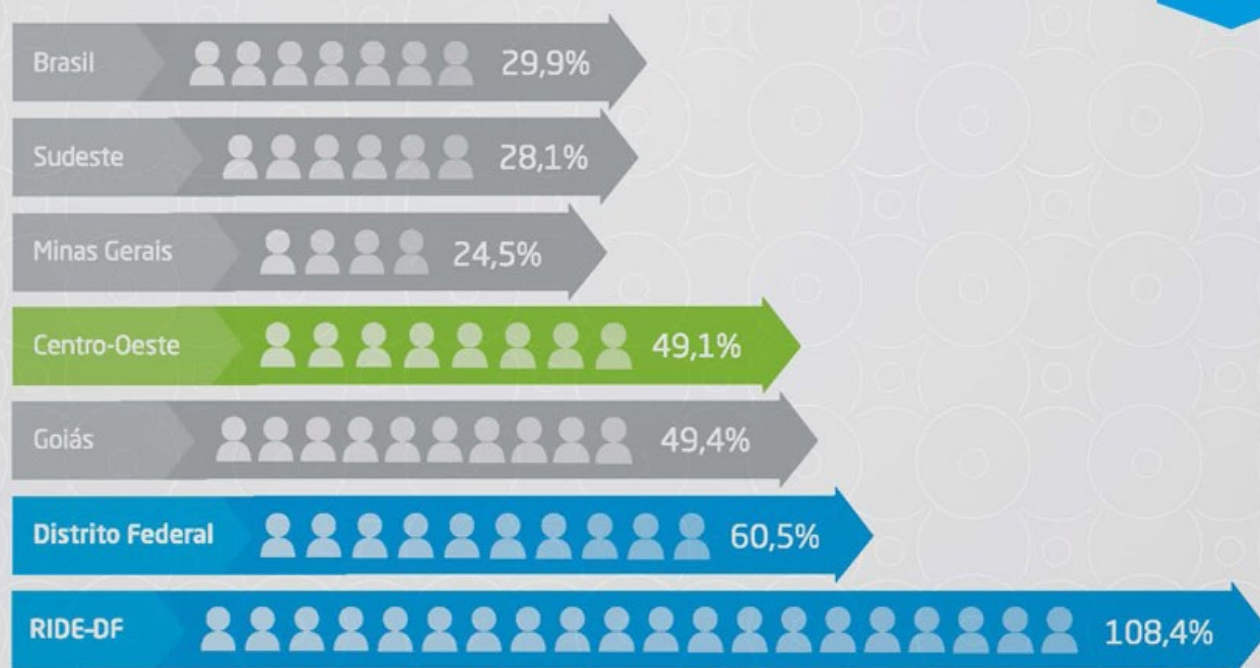


Alto crescimento da população

Entre os anos de 1991 e 2010, a taxa de crescimento da população do DF, embora apresente tendência de queda, é a quinta maior entre todas as unidades da federação e a maior entre os Estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste, chegando a 60,5%, enquanto o Brasil atingiu 29,9%, o Sudeste 28,1% e o Centro-Oeste 49,1%.

Segundo estudo da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), embora tenha se observado ao longo dos anos um declínio na taxa de fecundidade no DF, essa elevada taxa de crescimento se deve ao tradicional e constante movimento migratório que atrai populações de praticamente todas as regiões para o Distrito Federal, e que tem se direcionado em grande medida para os municípios da região do entorno da capital, a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno ou RIDE-DF¹.

Figura 2: Taxa de crescimento da população entre 1991 e 2010 (%)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/FJP/PEA)

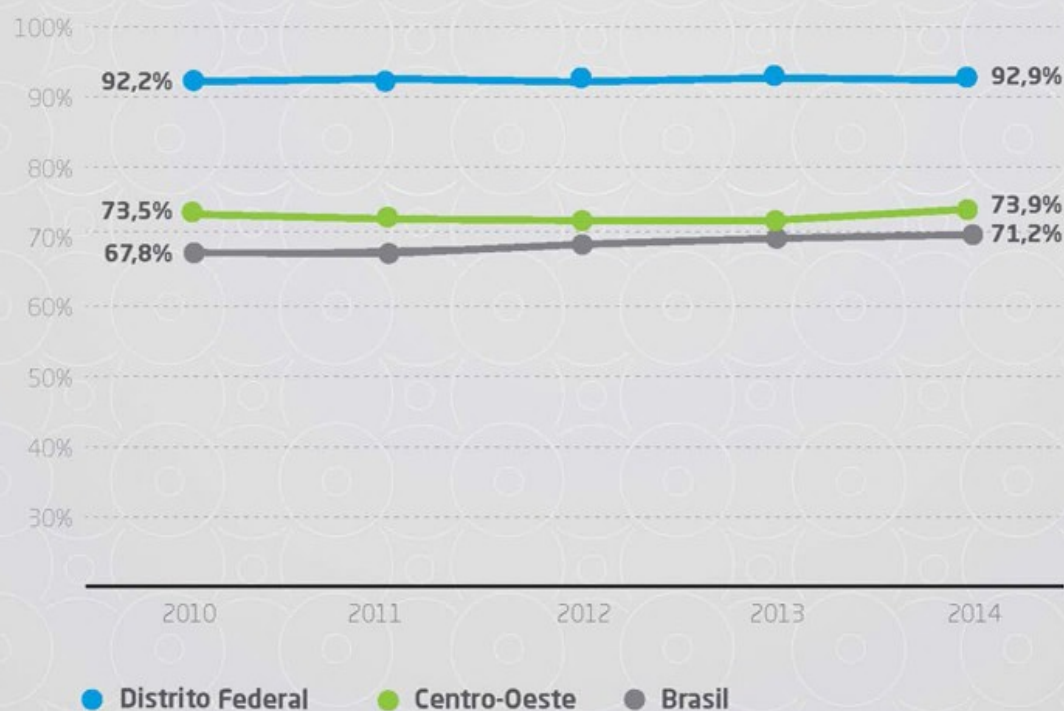
¹ A RIDE - Distrito Federal e Entorno é constituída por 23 municípios, sendo eles: Abadiânia (GO), Água Fria de Goiás (GO), Águas Lindas de Goiás (GO), Alexânia (GO), Brasília (DF), Buritis (MG), Cabeceira Grande (MG), Cabeceiras (GO), Cidade Ocidental (GO), Co-lcalzinho de Goiás (GO), Corumbá de Goiás (GO), Cristalina (GO), Formosa (GO), Luziânia (GO), Mimoso de Goiás (GO), Novo Gama (GO), Padre Bernardo (GO), Pirenópolis (GO), Planaltina (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), Unai (MG), Valparaíso de Goiás (GO), Vila Boa (GO), de acordo com a configuração territorial de 1º de agosto de 2012.

A população dos municípios que formam a RIDE-DF, que em 1991 era de 553.677 habitantes, mais que dobrou em cerca de duas décadas, atingindo 1.154.021 habitantes em 2010. Como exemplo mais expressivo dessa explosão na população do Entorno, o município de Águas Lindas (GO), que tinha pouco mais de 2 mil habitantes em 1991, chega a quase 160 mil habitantes em 2010, um crescimento de cerca de 7.500%.

Economia dependente do setor público

A distribuição das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto apresenta, no DF, uma alta concentração em Serviços, chegando a 92,9% em 2014, contra respectivamente 73,9% e 71,2% da região centro-Oeste e do Brasil.

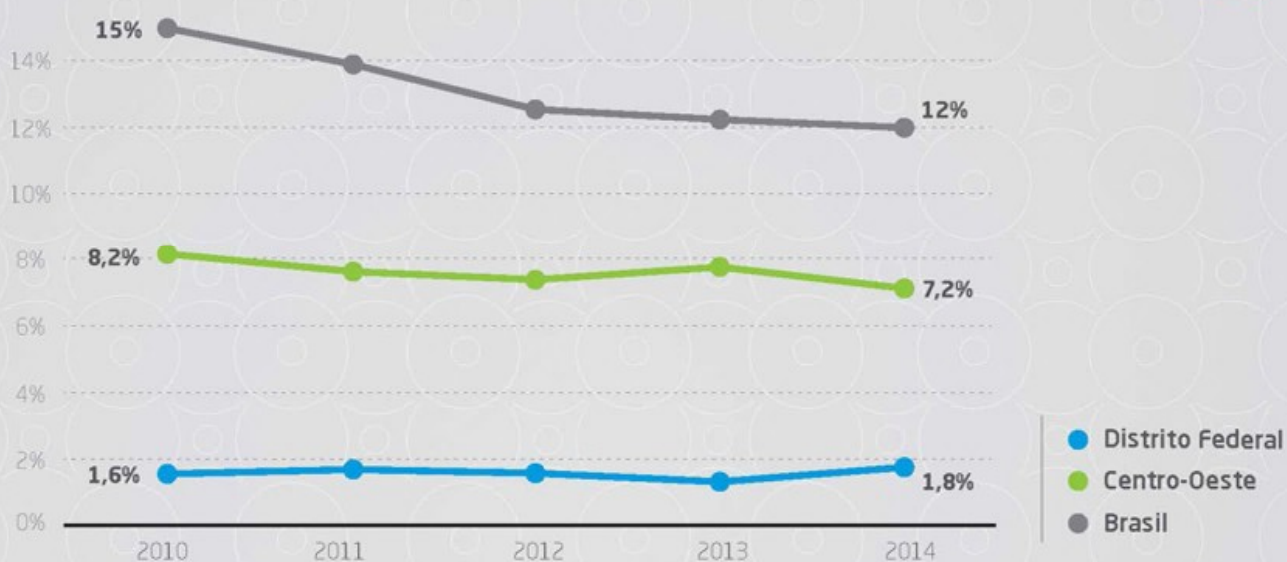
Figura 3: Participação dos Serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB)



Fonte: Contas Regionais/IBGE

Quando analisada a participação específica da Indústria de Transformação no VAB total, o DF apresenta, apesar de levemente crescente ao longo dos últimos anos, a menor taxa entre todas as unidades da federação (1,8% em 2014), e valores bem abaixo dos valores da região Centro-Oeste (7,2%) e Brasil (12,0%) no mesmo ano.

Figura 4: Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado Bruto



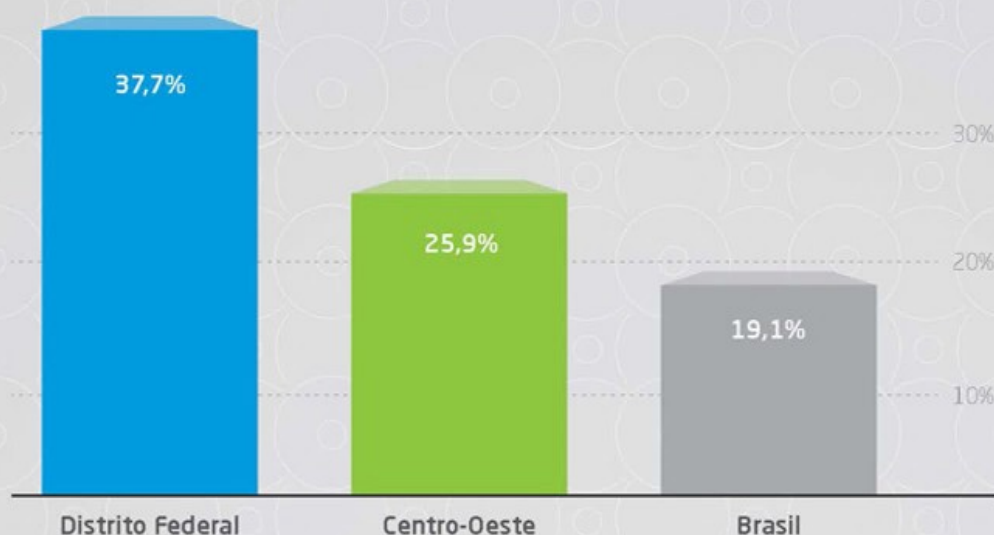
Fonte: Contas Regionais/IBGE

Quando se analisa especificamente o setor de Serviços, o perfil econômico do Distrito Federal mostra um acentuado desequilíbrio estrutural, com reduzida diversidade econômica e uma dependência extrema do setor público, que inibe a expansão econômica e limita as alternativas de emprego e renda na Capital do País.

Ao combinar uma forte dependência do setor público na oferta de empregos com o atual quadro de profunda e duradoura recessão econômica, e consequente restrição da capacidade de investimentos e geração de postos de trabalho pelas esferas de governo, o DF encontra-se em situação em que é fundamental buscar cada vez mais alternativas no setor privado para geração de postos de trabalho.

Quando comparado com dados da região Centro-Oeste e do Brasil, o DF apresentou em 2015 a maior participação do setor de Administração Pública no total de postos de trabalho, alcançando 37,7%, quase o dobro da média nacional.

Figura 5: Participação da Administração Pública no total de empregos (2015)



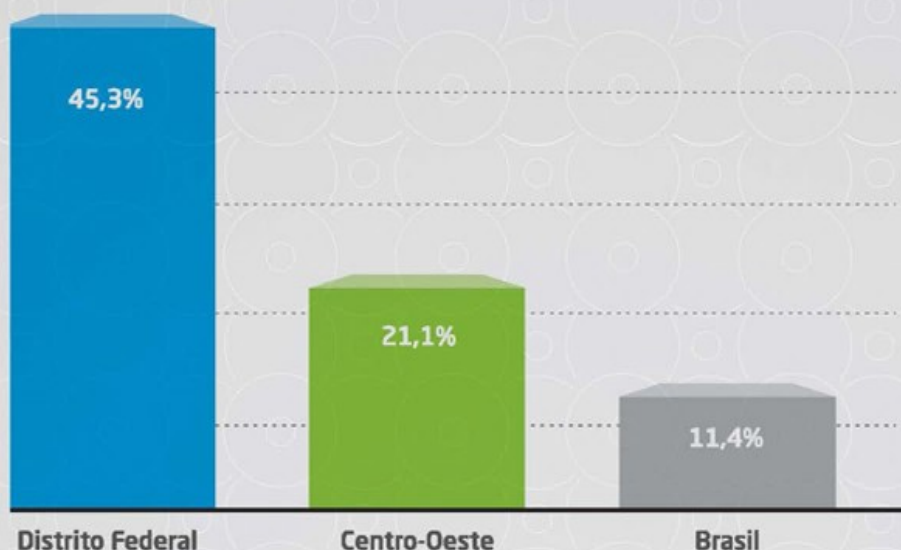
Fonte: RAIS/MTE

Segundo estudo da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC), “em Brasília, grande parte da força de trabalho é servidor público ou está se preparando para sê-lo, o que reduz a oferta de profissionais no setor privado e, consequentemente, aumenta seu custo”².

Quando analisada a formação do Valor Adicionado Bruto (soma da contribuição ao Produto Interno Bruto das diversas atividades econômicas), a participação da Administração Pública no DF alcançou, em 2015, o valor de 45,3%, mais que o dobro da participação da região Centro-Oeste (21,1%) e mais de quatro vezes a média nacional (11,4%).

² Sondagem “A força do Distrito Federal - 2013”, PricewaterhouseCoopers - PwC.

Figura 6: Participação da Administração Pública no Valor Adicionado Bruto (2015)

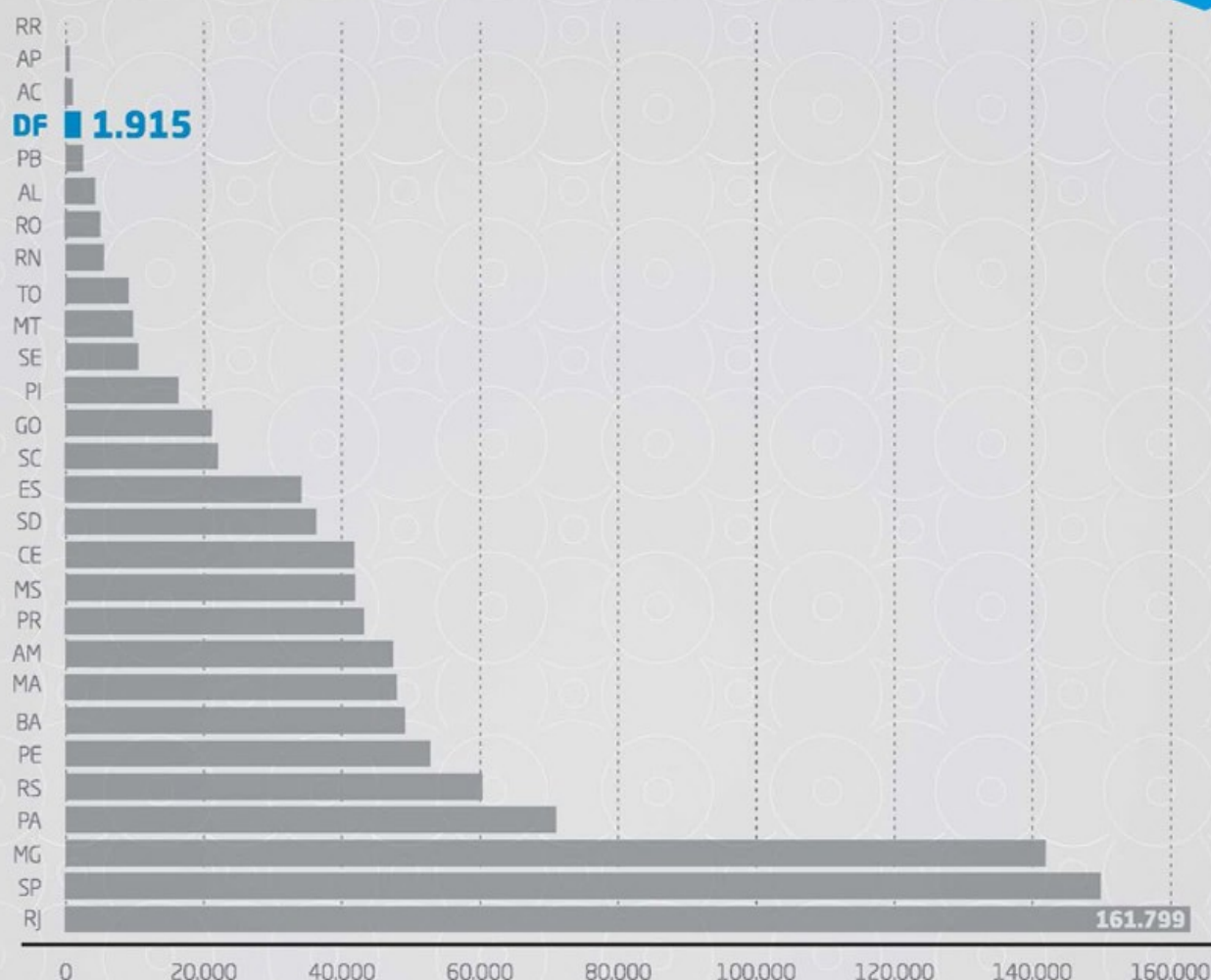


Fonte: Contas Regionais/IGBE

Baixa competitividade do DF

O DF alcançou boa posição na última edição (2016) do Ranking de Competitividade dos Estados, realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a Economist Intelligence Unit e a Tendências Consultoria, chegando à quarta posição geral, em que são analisados 65 indicadores distribuídos em dez pilares. Os pilares e indicadores nos quais o DF obteve as piores avaliações foram Infraestrutura (10ª posição), Solidez Fiscal (19ª), Segurança Pública (20ª) e Investimentos em P&D (25ª).

Figura 7: Anúncios de Investimentos por UF em US\$ milhões (2004 a 2016)



Fonte: Rede Nacional de Informações sobre o Investimento – RENAI/MDIC

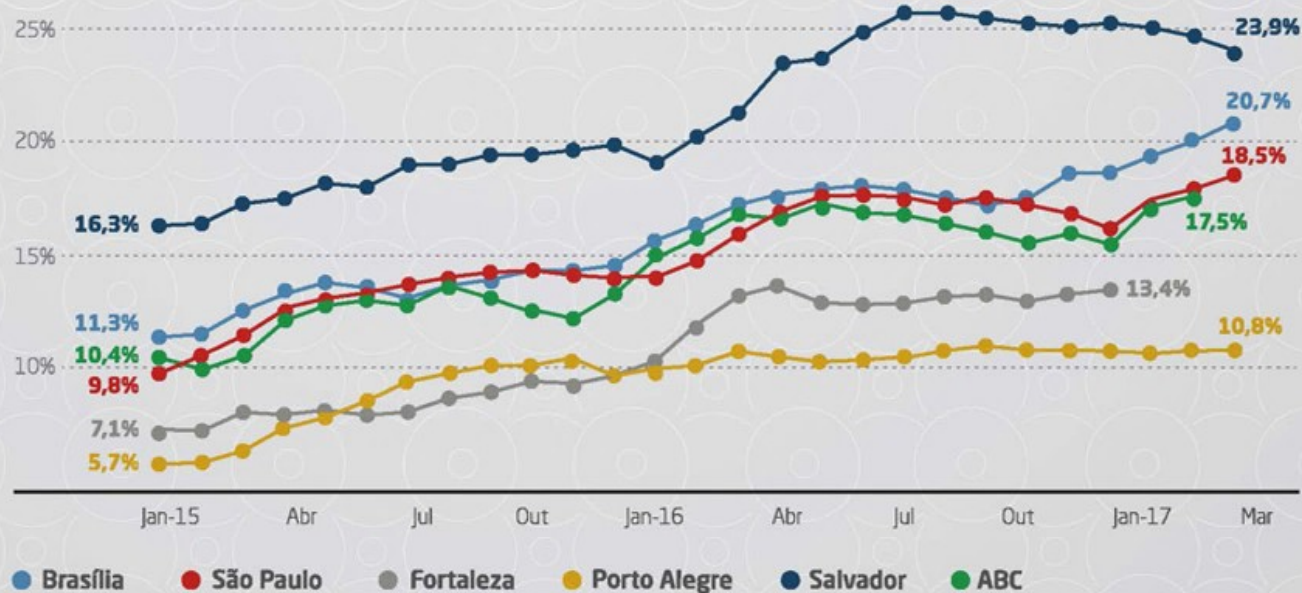
Embora tenha alcançado uma boa posição geral entre os Estados, o Distrito Federal não tem obtido êxito semelhante na atração de investimentos produtivos. O Relatório de Anúncios de Projetos de Investimento, elaborado desde 2004 pela Rede Nacional de Informações sobre o Investimento – RENAI, proporciona uma estimativa para quais setores, Estados e municípios está prevista a realização de novos empreendimentos, além de informações sobre valor, origem e distribuição do investimento. Quando analisado o somatório de todos os investimentos anunciados por unidades da federação, de 2004 a 2016, o DF aparece apenas na 24ª posição, com 0,18% dos investimentos anunciados, o que pode se justificar pela precariedade do ambiente de negócios para o setor privado.

Geração insuficiente de empregos formais

A estrutura da composição das atividades econômicas do Distrito Federal provoca discussões entre os analistas quanto à sustentação de um modelo que não gera empregos suficientes capazes de absorver a força de trabalho disponível, ou seja, atender a toda oferta de trabalho no mercado, incluindo a população da RIDE-DF.

Entre as seis regiões metropolitanas estudadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (em Brasília é realizada em parceria com a codeplan), as taxas mensais de desemprego no Distrito Federal apresentaram, em quase todo o período compreendido entre janeiro de 2015 e março de 2017, a segunda mais alta posição, atrás apenas da região metropolitana de Salvador (que por sua vez apresenta tendência de queda, enquanto Brasília apresenta tendência de alta).

Figura 8: Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (%)



Fonte: PED - DIEESE/Codeplan

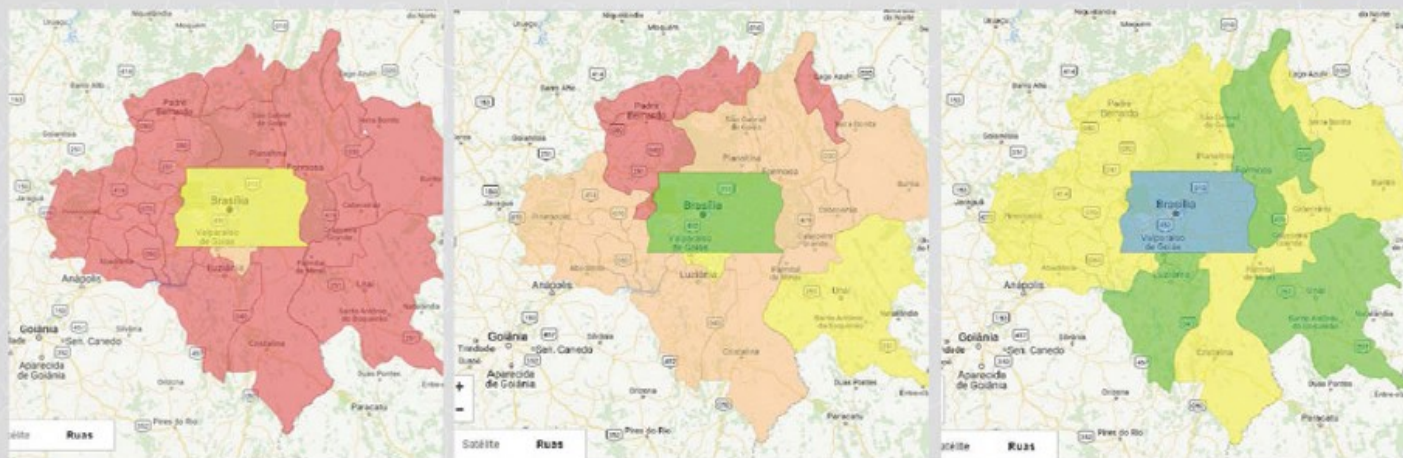
Quadro expressivo de desigualdade

Embora a Capital da República tenha o maior PIB per capita do País, ao se confrontar suas regiões administrativas e os municípios do seu entorno pertencentes aos estados de Goiás e Minas Gerais, verifica-se uma grande desigualdade social.

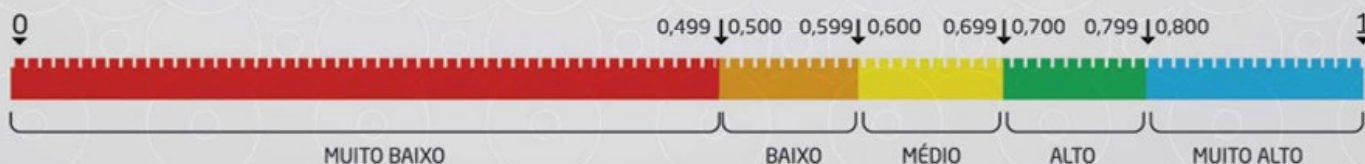
Considerando o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que agrega indicadores de longevidade, educação e renda, embora verifique-se uma grande evolução de 1991 a 2010 nos municípios da RIDE-DF, existe uma grande disparidade entre Brasília e os demais municípios.

Em 1991, quando quase todos os municípios da RIDE-DF encontravam-se com seu IDH classificado na faixa “Muito Baixo”, em 2010, todos eles estavam nas faixas “Médio” e “Alto”. No mesmo período, o Distrito Federal passou da faixa “Médio” para “Muito Alto”.

Figura 9: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do DF e municípios do Entorno



FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA).

Mesmo considerando as regiões administrativas (RAs) de Brasília, a disparidade encontrada no IDH pode ser ilustrada a partir da comparação de seus índices com os de outros países (dados de 2015):

RA DF	IDH	IDH	País
Lago Sul	0,933	0,939	Suíça
Plano Piloto	0,928	0,924	Holanda
Ceilândia	0,784	0,776	Costa Rica
Brazlândia	0,761	0,763	Líbano

Fonte: Codeplan e PNUD.

Disparidade semelhante pode ser verificada com relação aos municípios da RIDE-DF, ilustrada a partir da comparação de seus índices com os de outros países (dados de 2010). Ou seja, temos no DF e Entorno padrões de vida suíço e boliviano com cerca de 100 km de distância um do outro.

MUNICÍPIO RIDE	IDH	IDH	País
Padre Bernardo (GO)	0,651	0,655	Vietnam
Cabeceira Grande (MG)	0,648	0,649	Bolívia

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA

Segundo a Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios – PDAD 2015 da Codeplan, “continuam evidentes as substanciais diferenças socioeconômicas entre as 31 Regiões Administrativas. A renda distribuída de forma irregular entre as RAs resulta numa forte estratificação espacial em seu território, embora a diferença entre a maior renda domiciliar *per capita* (Lago Sul) tenha passado de 18 vezes (2013) para 16 vezes maior que a menor renda (Estrutural) em 2015”.

Objetivos
**Onde precisamos
chegar?**

Objetivo central: **Promover o Desenvolvimento Industrial no Distrito Federal.**

O desenvolvimento e a diversificação da matriz econômica do DF, com o incremento da participação do setor industrial e de suas redes de negócio, proporcionará maior competitividade para a economia local, reduzindo a grande dependência do setor de Serviços, notadamente da Administração Pública.

Ao estabelecer este objetivo central, a FIBRA propõe uma série de ações orientadas à melhoria do ambiente de negócios e ao aumento da competitividade das indústrias situadas no Distrito Federal, por meio da superação de desafios e da observação de diretrizes, a serem detalhados nos itens seguintes deste documento.

Este documento indicará para cada ação proposta, sempre que possível, conteúdos da própria FIBRA ou de seus parceiros, experiências e casos de sucesso em outras áreas de governos e órgãos públicos, seja no DF como em outras unidades da federação, de modo a servirem como referência para a discussão e execução da ação, no item “Saiba Mais”.



Melhorar o ambiente de negócios

O Banco Mundial publicou a 14ª edição do relatório “*Doing Business*”, que analisa a cada ano as leis e regulações que facilitam ou dificultam as atividades das empresas em 190 economias ao redor do globo, analisando 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa, dentre as quais dez são incluídas na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócios.

A edição de 2017 verificou um movimento global em prol da melhoria no ambiente regulatório de negócios: entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016, o relatório documentou um total de 283 reformas regulatórias, beneficiando empreendedores em 137 economias.

O Brasil, infelizmente, caiu duas posições no *ranking* geral entre as edições 2016 e 2017, da 121ª para a 123ª posição. Em fatores como Abertura de Empresas, por exemplo, o País caiu uma posição, de 174ª para 175ª entre 190 economias abrangidas pelo estudo.

Em nível nacional, algumas entidades realizam mensurações semelhantes entre unidades da federação e mesmo municípios, de forma a coletar e disseminar boas práticas na gestão pública que efetivamente contribuem para a transformação de um ambiente local de negócios mais amigável ao empreendedor e investidor.

No Distrito Federal, empreendedores e investidores ainda sentem falta de instituições de apoio e fomento e massa crítica que promovam um ambiente de negócios favorável à atração, implantação e expansão de empreendimentos industriais, que demandam uma maior disponibilidade de crédito, legislação moderna e adequada para execução e garantia de contratos, instrumentos de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação e, órgãos reguladores que apoiem (e não impeçam) o desenvolvimento e fortalecimento de setores produtivos.



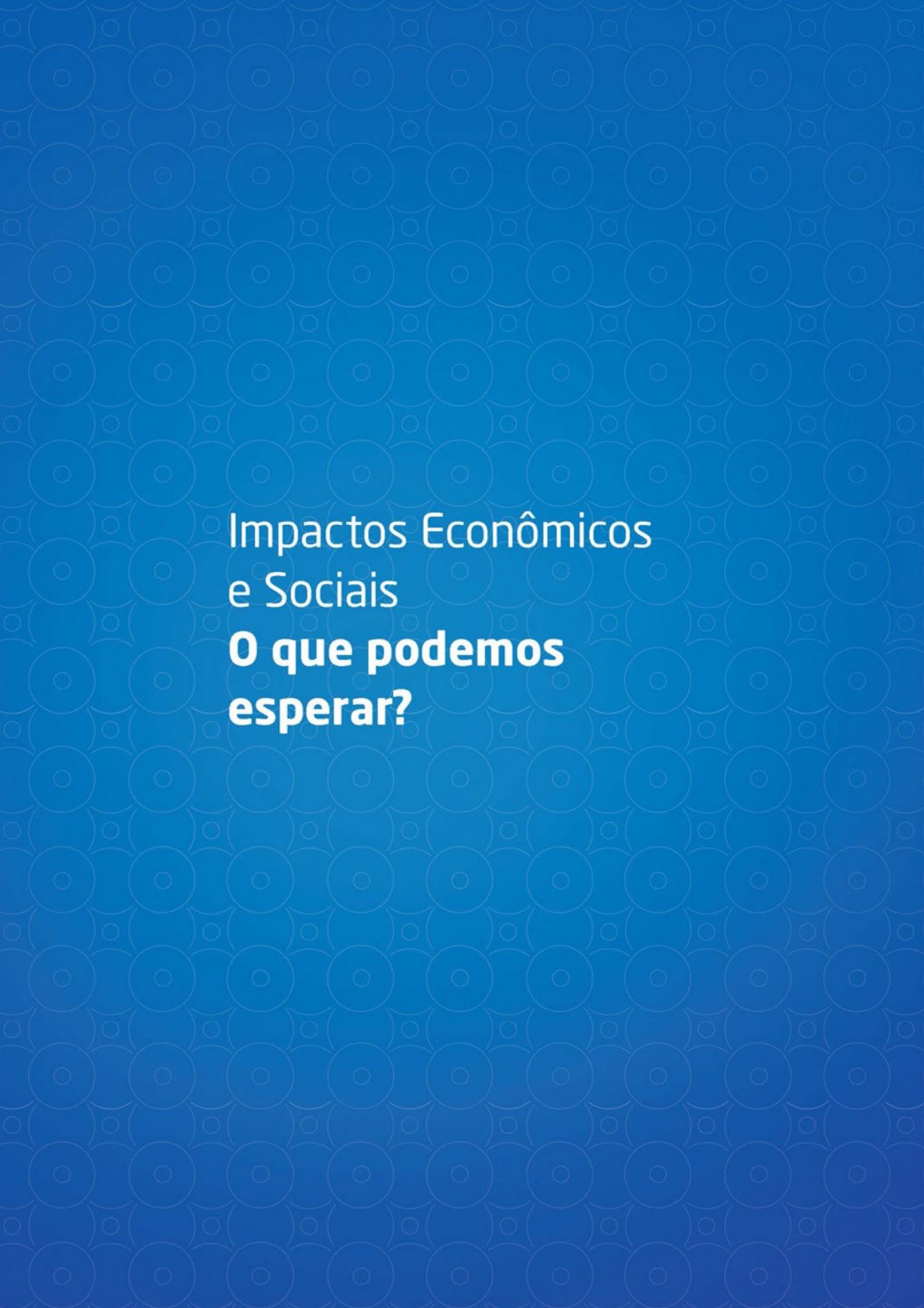
Aumentar a competitividade das indústrias

De acordo com o Mapa Estratégico da FIBRA, alinhado ao Mapa Estratégico da CNI, a competitividade tem caráter multidimensional e promovê-la passa por atuar nos seus determinantes: produtividade, sustentabilidade e inovação.

O aumento da produtividade depende de ações em duas frentes: dentro da empresa, fruto da estratégia e de ações na operação; e fora dela, no ambiente externo à sua operação, passível de influência, mas não de decisão por parte do empresário. Os desafios apresentados neste documento são endereçados à dimensão externa, mais especificamente ao poder executivo local, o governo do Distrito Federal.

A sustentabilidade tem uma relação direta com a produtividade e a inovação. Os ganhos de produtividade reduzem o uso de recursos naturais e eliminam desperdícios, desta forma amenizando ou mesmo eliminando impactos ambientais.

A inovação, por sua vez, introduz novos conceitos, métodos e tecnologias que geram novos produtos, processos e modelos de negócios que causam menos impacto ambiental e social – demandas crescentes no Distrito Federal.

The background of the slide is a solid blue color with a repeating pattern of overlapping circles in a lighter shade of blue. The circles are arranged in a grid-like fashion, creating a textured effect.

Impactos Econômicos e Sociais

O que podemos esperar?



Elevação do valor agregado da produção industrial brasileira

O aumento da participação da indústria de transformação na composição do PIB do DF, por meio de iniciativas como o fortalecimento dos arranjos produtivos e implantação de empreendimentos de base tecnológica, impactará diretamente no valor adicionado bruto, com desdobramentos positivos no nível de investimento, emprego e renda.

A atração de empreendimentos âncoras – intensivos em conhecimento, tecnologia e *design* – para os polos produtivos localizados nas extremidades do DF, permitirá o adensamento das cadeias produtivas – intensivas em mão de obra – nos municípios limítrofes, criando sinergia econômica e desenvolvimento em toda a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.



Dinamização da geração de emprego e renda em RAs de menor desenvolvimento

Segundo dados da RAIS/MTE, o posto de trabalho na indústria é, em relação ao comércio e agricultura, mais duradouro e de renda mais alta, além de requerer formação e qualificação mais longas e específicas, o que proporciona um grande potencial de aumento da produtividade e da competitividade, ao mesmo tempo em que permite reduzir o desemprego de forma consistente.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Estudos da Economia Regional – IBRASE, existe aqui um verdadeiro fosso entre o Distrito Federal e os municípios que compõem o seu entorno metropolitano tanto em relação ao tamanho do PIB quanto ao valor do PIB *per capita*. A causa principal desta situação se deve a um excepcional crescimento populacional na periferia sem o correspondente desenvolvimento de atividades produtivas, particularmente, da atividade industrial.



Melhoria na mobilidade urbana

A indução do desenvolvimento econômico para as extremidades do DF, com a implantação de empreendimentos âncoras e do assentamento de Arranjos Produtivos Locais industriais, resultará na melhoria da mobilidade urbana, pela diminuição do fluxo de pessoas em busca de atividades geradoras de renda, notadamente na região central da Capital.

No Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública – CLP, quando analisado o indicador Mobilidade Urbana (tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho em minutos), o DF aparece na 26ª e penúltima posição.

A consequência imediata da descentralização espacial é a melhoria da mobilidade urbana, pela diminuição do fluxo de pessoas em busca de atividades geradoras de renda, notadamente na região central da Capital. Além disso, contribuirá para a melhoria da infraestrutura de transporte e dos equipamentos logísticos nas fronteiras territoriais do DF, aumentando a sinergia com os demais municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Diretrizes
**O que devemos
observar?**

Para que as propostas constantes deste documento alcancem êxito, respeitando as questões culturais e legais do Distrito Federal, foram definidas sete *diretrizes que deverão ser como balizadoras do processo de desenvolvimento do setor industrial*.

As diretrizes seguintes estão em consonância com o programa do atual governo eleito, em que foi dito: “em busca da sustentabilidade, serão adotadas medidas de descentralização e diversificação da economia, tendo como meta o desenvolvimento local e a formulação de políticas seguras de geração de empregos e de renda, compatíveis com as demandas demográficas, e com a preservação dos ecossistemas”.



DIRETRIZES

1. **Preservação de Brasília** como Patrimônio da Humanidade;
2. **Descentralização espacial** do desenvolvimento econômico;
3. **Diferenciação e progressividade** dos mecanismos de promoção da atividade industrial;
4. **Atração de empreendimentos** de base tecnológica com potencial de integração na indústria local e com as demais cadeias produtivas dos municípios da RIDE;
5. Institucionalização e fortalecimento da **política de Arranjos Produtivos Locais (APLs)**;
6. Conciliação do desenvolvimento industrial com a capacidade de **suporte ecológico** do DF;
7. **Combate à economia informal**.

Desafios e ações
propostas

**O que temos de
superar?
O que fazer?**

Para atingir os objetivos aqui apresentados de modo a alterar o atual contexto, observando estritamente as diretrizes norteadoras das ações para gerar impactos esperados, é preciso reconhecer que há uma série de obstáculos e desafios a serem superados.

O reconhecimento destes desafios é o primeiro passo para entender suas origens e efeitos, buscando executar uma série de ações que possam superar ou ao menos reduzir os seus efeitos indesejados.

Os oito desafios aqui apresentados não são o conjunto completo e definitivo dos entraves ao desenvolvimento do setor industrial no DF, de forma que, caso superados, estariam eliminados todos os obstáculos e o setor automaticamente entraria numa fase de acelerado e constante crescimento. Porém, permitirão o debate entre as partes interessadas em trazer para a ação atores que possam efetivamente contribuir para o reconhecimento e a superação dos desafios propostos.



Governança

Implantar e fortalecer soluções de governança necessárias ao desenvolvimento produtivo e a melhoria do ambiente de investimentos

Governança constitui um conceito novo que traz em sua raiz a capacidade de conduzir os processos de formulação, execução e avaliação de políticas públicas, integrando instrumentos e mecanismos de gestão que viabilizem harmonizar as relações econômicas e sociais, privilegiando o fortalecimento das ações governamentais, por meio da eficácia e efetividade dos resultados esperados e da transparência dos processos.

De acordo com o Banco Mundial, a avaliação da capacidade governativa não se dá apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma com a qual o governo exerce o seu poder. A instituição aponta oito principais características da “boa governança” para assegurar um desenvolvimento sustentável: 1) Participação; 2) Estado de direito; 3) Transparência; 4) Responsabilidade; 5) Orientação por consenso; 6) Equidade e inclusividade; 7) Efetividade e eficiência; 8) Prestação de contas.

Considerando-se que as políticas públicas para o desenvolvimento econômico trazem, em sua essência, um papel coordenador e articulador, representando uma ligação entre Estado e economia, a governança, assim como a gestão, assume um papel estratégico nos resultados de tais políticas. Isso resulta de uma colaboração estratégica entre governo, empresas e entidades do setor privado, que são responsáveis pela produção, em direção ao alcance de metas preestabelecidas que visem à competitividade da indústria e impulsionem o desenvolvimento econômico do País.

Visto dessa forma, pode-se concluir que as práticas da governança e da gestão de políticas públicas objetivando o desenvolvimento econômico contribuem para harmonização das relações econômicas e sociais, resultando em maior eficiência econômica.

Dessa maneira, um dos desafios para a promoção de desenvolvimento industrial na capital federal nos próximos anos estará centrado na capacidade do Governo de realizar a coordenação e a execução de programas públicos integrados que incluam mecanismos democráticos de participação social em arranjos institucionais de coordenação vertical e horizontal que envolvam diferentes atores políticos, econômicos e sociais interessados no processo.

Nesse contexto, a efetividade das políticas públicas de fomento ao setor industrial brasiliense deve levar em consideração as principais características de uma “boa governança”, em que pese o fato de todos os programas de desenvolvimento criados para fomento da atividade empresarial sempre contarem com uma instância colegiada e deliberativa com viés de governança.

A estruturação de uma “boa governança” para o desenvolvimento industrial do Distrito Federal pressupõe a adoção de três funções básicas:

- Avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;
- Direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e
- Monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

De modo complementar, é preciso que a estrutura criada tenha uma boa gestão, ou seja, cuide do funcionamento do dia a dia de programas no contexto de estratégias, políticas, processos e procedimentos que foram estabelecidos, buscando cumprir as ações prioritizadas da melhor forma possível, em termos de custo-benefício. Dessa forma, são funções da gestão:

- Implementar programas;
- Garantir a conformidade com as regulamentações;
- Revisar e reportar o progresso de ações;
- Garantir a eficiência administrativa;
- Manter a comunicação com as partes interessadas; e
- Avaliar o desempenho e aprender.

Figura 10: Relação entre governança e gestão



Fonte: Tribunal de Contas da União: GOVERNANÇA PÚBLICA: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria (2014)

É preciso, enfim, continuidade tanto na governança quanto na gestão de estrutura que venha a ser criada para o desenvolvimento produtivo do DF, de modo a evitar interrupções e alterações bruscas nos planos, ações e medidas em execução e monitoramento sem a devida articulação com as partes interessadas.

Há bons exemplos em outras unidades da federação de estruturas criadas no âmbito do desenvolvimento econômico e produtivo, com as funções de envolver as partes interessadas, definir o direcionamento estratégico, supervisionar a execução de ações e medidas, gerenciar riscos estratégicos e conflitos internos e promover a prestação de contas e a transparência.

Ações propostas



Ação 1.1: Criar e implantar Agência de Investimentos do DF: estrutura capaz de identificar oportunidades de investimentos e de realizar estudos de mercados capazes de orientar a atração de empreendimentos industriais, bem como apontar as necessidades de investimentos públicos e privados em infraestrutura básica.

Saiba mais



- **PE:** AD Diper – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
- **SC:** Investe SC – Agência de Atração de Investimentos – modelo de parceria entre Governo do Estado e Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc)
- **SP:** Investe-SP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade



Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs

Adotar critérios de urbanismo
e de infraestrutura adequados
à implantação e à ampliação de
empreendimentos industriais
nas Áreas de Desenvolvimento
Econômico (ADEs)

Os diversos programas de promoção e atração de novos empreendimentos industriais implantados na capital federal a partir da década de 90 tiveram como principal objetivo ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária, visando o desenvolvimento econômico e social, sustentável e integrado.

Transcorridos mais de 25 anos desde a criação do primeiro programa de promoção da atividade produtiva na capital federal, o que se observa hoje é uma enorme concentração espacial das empresas industriais na região central do Distrito Federal e a falta de sintonia entre as necessidades das empresas, o urbanismo e a infraestrutura das áreas criadas para abrigar os estabelecimentos fabris.

Figura 11: Concentração do número de estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)



Fonte: Microdados RAIS/MTE

As figuras 11 e 12, representadas nos mapas, demonstram a concentração dos estabelecimentos e dos empregos industriais em 61% das Regiões Administrativas (RAs) do DF. Em 2014, Brasília, Taguatinga, Guará, Ceilândia e Samambaia reuniam 70,32% das indústrias e 83,58% dos empregos. Excetuando algumas regiões que são institucionalmente residenciais, como é o caso do Lago Norte e Candangolândia, as demais RAs participam de forma pouco expressiva nas atividades industriais. Este fato cria uma matriz de origem-destino altamente concentrada de movimentação da mão de obra, com impacto imediato na precarização da mobilidade urbana. Porém, outra decorrência ainda mais importante é o esvaziamento das atividades econômicas nas demais regiões, criando um círculo

vicioso de localização dos estabelecimentos industriais nas mesmas RAs, sem criar polos alternativos no Distrito Federal para redistribuir de forma mais racional o deslocamento de trabalhadores.

Figura 12: Concentração do número de empregos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)



Fonte: Microdados RAIS/MTE

Nota-se, com isso, que as políticas públicas de promoção da atividade empresarial na capital federal tiveram foco maior na atração de novos empreendimentos e não no planejamento e implantação de áreas com características de polos empresariais e industriais, dotadas de urbanismo e infraestrutura adequados ao adensamento do tecido industrial, sendo capaz de estabelecer conexões com o sistema de transportes, a disponibilização de energia elétrica e proximidade com a mão de obra.

É urgente que se reveja nos instrumentos de política urbana do DF, o papel e as características das áreas destinadas à atividade industrial, visando adequá-los às necessidades de urbanismo e de infraestrutura.

As novas áreas destinadas ao setor industrial do DF deverão ser administradas sob critérios predefinidos, de forma a atender as especificidades de produção e as demandas por modais logísticos necessários ao processo de distribuição de cada empresa.



Ação 2.1

Prover as Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADE's) de infraestrutura (asfalto, energia, vias, saneamento, telecomunicações e segurança) para a operação eficiente dos empreendimentos já instalados nestes locais

ProCidades-DF

Ação 2.2

Criar novos polos industriais com urbanismo e infraestrutura adequada para a instalação e ampliação da base produtiva brasiliense

Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)

Ação 2.3

Estruturar área no Governo de Brasília para administração e dinamização dos polos industriais



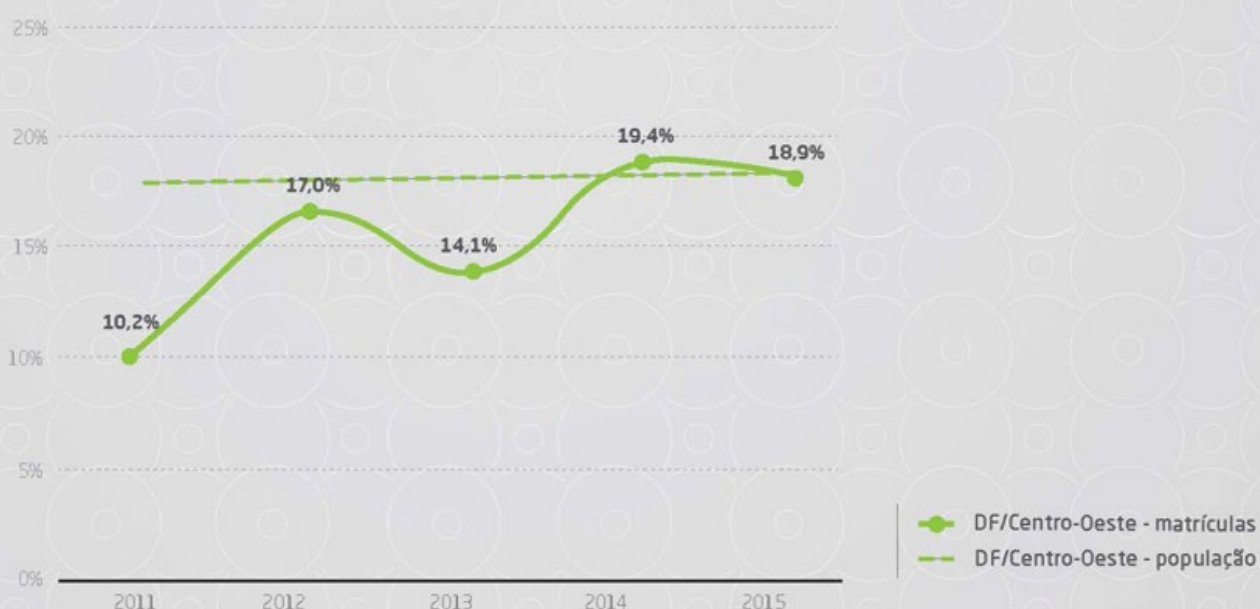
Educação

Ampliar a oferta de
educação profissional

A existência de mão de obra qualificada é fundamental para que as vantagens competitivas de base tecnológica possam ser desenvolvidas, uma vez que essas vantagens dependem da capacidade humana de absorver, transformar e produzir novos conhecimentos e inovação.

No nível da educação profissional, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RPCT) do Governo Federal tem no DF o Instituto Federal de Brasília – IFB. Com relação ao número de matriculados nos últimos cinco anos no período de 2011 a 2015, o DF apresenta uma tendência de aumento da participação no total dos inscritos da região Centro-Oeste. Quando comparada com a participação da população do DF sobre a população da região (cerca de 18,8%), verifica-se que o DF tem apresentado tendência em superar essa relação.

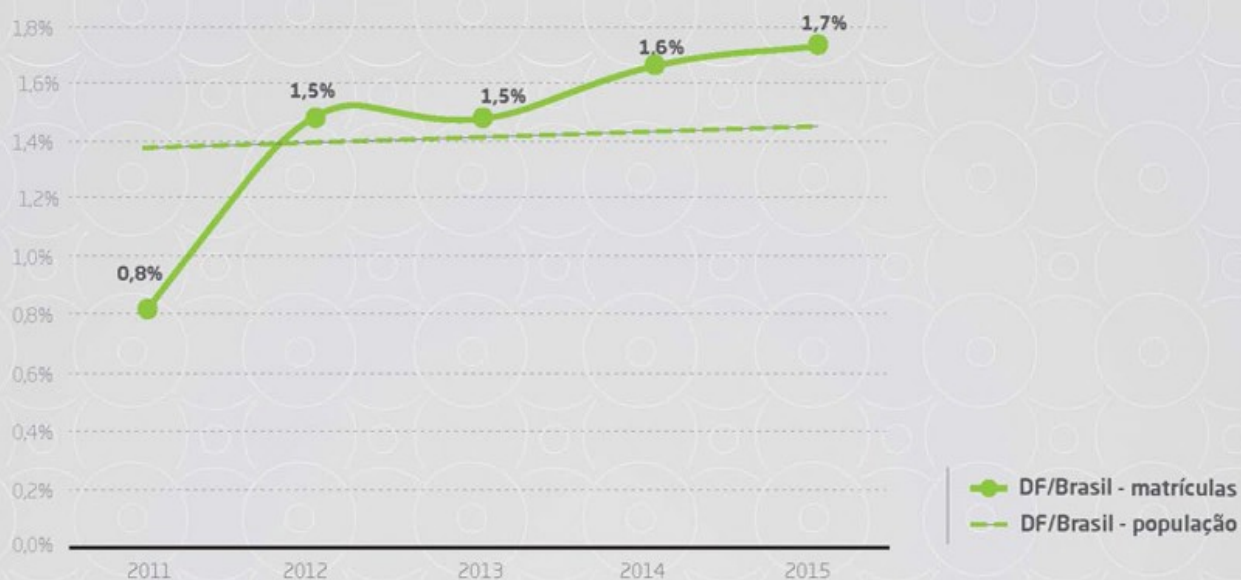
Figura 13: Participação de matriculados no IFB em relação ao total de matriculados nos IFs da região Centro-Oeste, comparados com a participação do DF na população



Fonte: MEC/SETEC

Com relação ao número de matriculados no DF sobre o total de matriculados nos IFs em todo o Brasil, há uma tendência de aumento. Quando comparada com a participação da população do DF sobre a população do País no mesmo período (cerca de 1,4%), verifica-se que o DF tem apresentado tendência em superar essa relação.

Figura 14: Participação de matriculados no IFB em relação ao total de matriculados nos IFs do Brasil, comparados com a participação do DF na população



Fonte: MEC/SETEC

Nesse sentido, para fazer frente à diversificação da indústria e o aumento dos investimentos em desenvolvimento tecnológico e inovação, é determinante desenvolver ações de promoção, inserção e valorização do setor produtivo do DF para atrair e despertar o interesse da mão de obra qualificada assim como intensificar as ações de qualificação e capacitação de mão de obra, voltadas para atividades profissionais técnicas demandadas pela indústria, para torná-los aptos ao uso adequado de novas tecnologias, de maneira suprir essa lacuna de profissionais qualificados do setor produtivo, agregar valor e gerar melhor condição de competitividade nas indústrias.

A educação profissional deve ser orientada para as necessidades do mercado de trabalho. Apenas 6,6% dos estudantes brasileiros cursam a educação profissional concomitante ao Ensino Médio regular. Em países desenvolvidos, esse número fica em torno de 50%: Japão, 55%; Alemanha, 52%; França e Coreia do Sul, 41%, segundo dados do SENAI em 2012.

Em média, profissionais com ensino técnico de nível médio têm salários 12% maiores do que os que cursaram ensino regular. Para os cursos técnicos na área industrial, essa diferença chega a 20%

(Fundação Itaú Social, 2010). Esses diferenciais sinalizam a demanda do mercado, em especial o industrial, por profissionais de conhecimento mais específico, diretamente aplicável à realidade empresarial. Apesar do avanço do ensino profissional nos últimos anos, ainda é insuficiente para suprir as necessidades das empresas e é uma das razões do baixo desempenho da indústria brasileira.

O programa do atual governo do DF tem como objetivo em relação à educação profissional “promover políticas e programas de inserção e formação para o trabalho, voltados para jovens e adultos que respondam às demandas e necessidades reais do setor produtivo”.

A Educação Técnica e Profissional tem como ações previstas para o alcance deste objetivo a construção sustentável de escolas profissionalizantes, em locais estratégicos e com currículos voltados para o mercado de trabalho, a expansão da oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de tecnologia, saúde, artes e serviços para jovens e adultos, e a formação de parcerias com o setor não governamental para ampliar a qualificação profissional (formas de financiamento, ensino e inserção no mercado, via estágios e programas de aprendiz).

Em 2012, o então Governo do Distrito Federal assinou convênio com o Ministério da Educação para receber R\$ 30 milhões e erguer as escolas técnicas de Brazlândia, Guará, Paranoá e Santa Maria. A previsão é de que cada unidade vai custar R\$ 11,7 milhões, segundo dados da atual Secretaria de Educação. A proposta da FIBRA visa fortalecer e ampliar as parcerias das unidades do SENAI no DF, utilizando suas capacidades e estruturas para atingir a desejada expansão da oferta de cursos profissionalizantes, sem que seja necessário tamanho investimento público na construção de escolas profissionalizantes próprias, e um outro expressivo volume de despesas com seu custeio.



Ações Propostas



Saiba mais

Ação 3.1

Viabilizar parcerias com as Entidades do Sistema S a fim de compartilhar a estrutura de formação para o mundo do trabalho

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec
- **ES:** Projeto “Ocupação Social” – parceria do governo do Estado com SENAI-ES



Arranjos Produtivos Locais

Identificação e promoção
de APLs industriais

Arranjos Produtivos Locais consistem em associações de empresas que atuam em um mesmo ramo de negócios, compartilham formas de cooperação e possuem um mecanismo de administração. Essa rede de apoio permite que os empresários associados consigam benefícios que não poderiam obter trabalhando sozinhos, como por exemplo, superar os desafios e as barreiras sofridas principalmente pelo excesso de burocracia, alta carga tributária, dificuldades de acesso ao crédito.

O diagrama a seguir demonstra as vantagens que os Arranjos Produtivos Locais podem prestar às empresas que aderirem a um Arranjo.

Figura 15: Vantagens de um Arranjo Produtivo Local



Vantagens de um APL

- Localização
- Difusão do Conhecimento
- Capacidade inovativa
- Facilidade e velocidade de comunicação
- Cooperação e competição
- Acesso a serviços especializados
- Maior intercâmbio entre clientes e fornecedores

Fonte: Adaptado de Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – projeto Promos/ SEBRAE/ BID

O processo de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local inclui quatro componentes que se articulam entre si e possuem uma estreita interconexão, segundo estudos realizados pelo SEBRAE. São eles: 1) identificação e seleção dos APLs; 2) conhecimento do ambiente; 3) elaboração do plano de desenvolvimento; e, 4) fortalecimento da dinâmica dos APLs.

Nesse sentido, muitos estudos têm sido realizados por diversos autores para identificar e diagnosticar elementos que propiciem a formação de novas estruturas produtivas que sejam capazes de estimular pequenos empresários a buscar alternativas que permitam atuar coletivamente, pois, no cenário atual, a cooperação entre as micro e pequenas empresas pode contribuir para uma melhor interação com fornecedores e concorrentes, assim como criar vantagens competitivas que estimulem o desenvolvimento sustentado.

Entre as diversas vantagens para o desenvolvimento de um APL está a implementação de ações conjuntas que estabeleçam um modelo de gestão para a condução de suas atividades, que sejam condizentes com a filosofia do tipo de arranjo que se pretende implantar. Para tanto, é necessária a criação de mecanismos que viabilizem apoio institucional para elaboração de planejamento, execução e coordenação que possibilitem a definição de papéis, compartilhamento de atribuições, responsabilidades e recursos e que sejam capazes de gerenciar conflitos, realizar ações que envolvam a organização dos fluxos de produção, assim como buscar alternativas que possibilitem tomada de decisão, respeitando o grau de hierarquia entre os agentes envolvidos. À criação desses mecanismos dá-se o nome de governança, forma de gestão pela qual indivíduos e instituições gerenciam seus problemas comuns, acomodam seus conflitos e realizam ações cooperativas, por meio de regimes e instituições formais de coordenação.

Considerando-se as características territoriais do DF e da Indústria aqui instalada, concentrada em micro e pequenas empresas, a dinâmica de APL enquadra-se no modelo de desenvolvimento a ser estimulado. Estudos realizados pela Federação das Indústrias do DF apontam um parque industrial sem economia de escala, baixo nível de integração setorial, reduzido investimento em inovação e pequena inserção no mercado internacional.

A análise da balança de comércio exterior do DF indica uma baixa participação do produto local nas exportações, baixa agregação de valor, alta concentração de países destino e de produtos exportados.

Apesar do Distrito Federal participar do PIB da região Centro-Oeste e do Brasil em cerca de 36% e 3,4% respectivamente (dados de 2014), a participação das exportações de 2016 do DF na região e no País foram inferiores a 1%, atingindo respectivamente 0,723% e 0,089%.

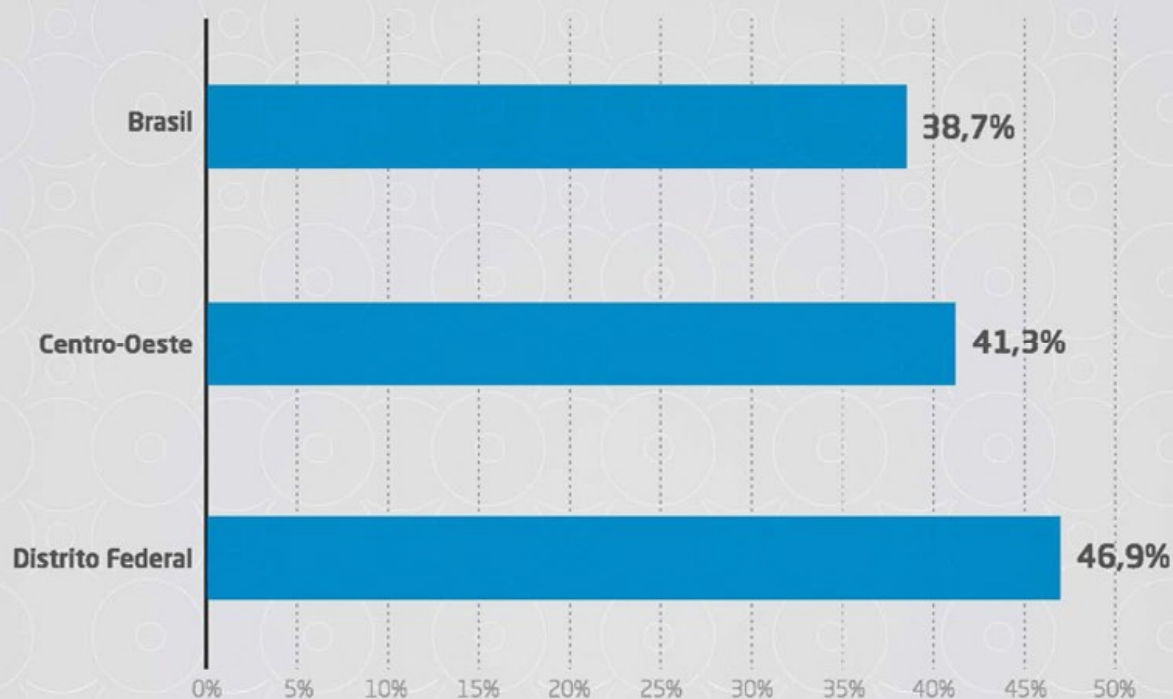
Figura 16: Participação do DF nas exportações do Centro-Oeste e Brasil



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

A concentração da pauta de exportações por países destino – Arábia Saudita, Venezuela e Estados Unidos - encontra-se, no DF, superior às médias da região Centro-Oeste e do Brasil. Considerando a participação da soma das exportações para os três primeiros países destino sobre o total das exportações em 2016, o DF chegou a 46,9%, enquanto que o Centro-Oeste atingiu 41,3% e, o Brasil, 38,7%. Ou seja, apenas três países foram o destino de quase metade das exportações do DF em 2016.

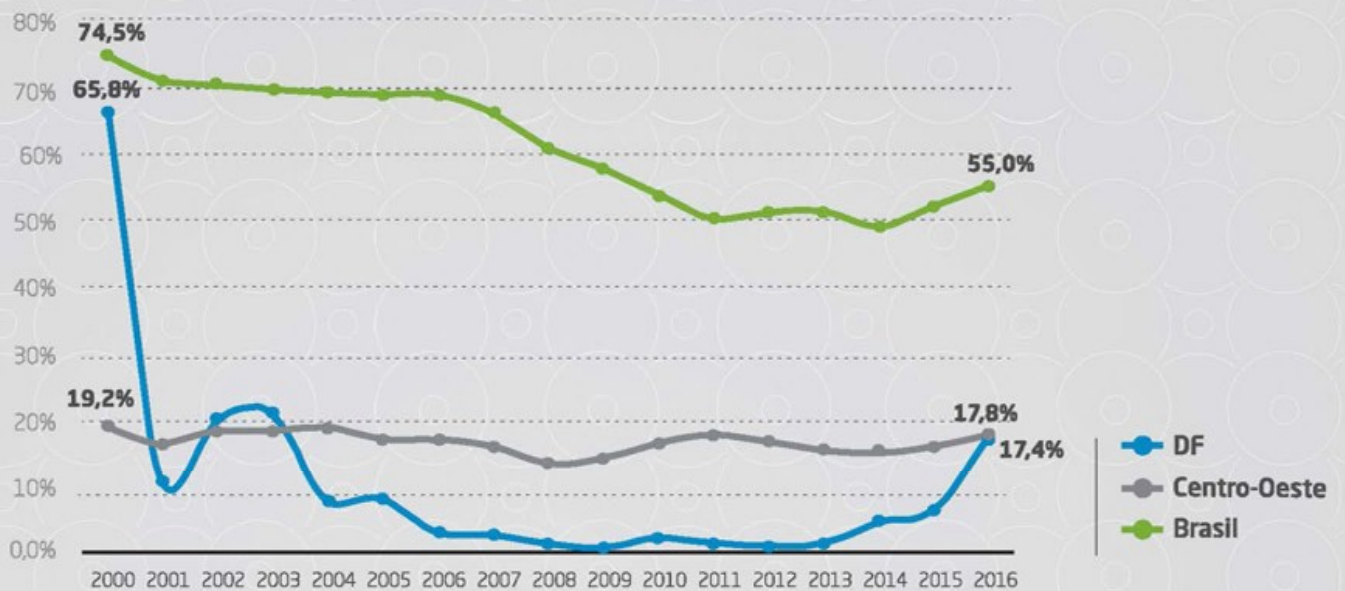
Figura 17: Participação da soma dos três primeiros países destino - Arábia Saudita, Venezuela e Estados Unidos - no total de exportações (2016)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

Quanto à agregação de valor, a pauta de exportações do DF, embora tenha apresentado no início dos anos 2000 valores expressivos quanto à participação de produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados), na última década, ficou praticamente estabilizado abaixo dos 10%, com valores sempre inferiores às médias da região Centro-Oeste e do Brasil – declinantes no período. Nos últimos quatro anos, a participação de produtos industrializados nas exportações do DF atingiram 17,4% em 2016, enquanto que o Centro-Oeste atingiu 17,8% e, o Brasil, 55%.

Figura 18: Participação de produtos industrializados nas exportações



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC



Ação 4.1

Identificar os Arranjos Produtivos Locais industriais de maior potencial de crescimento

- Estudo FIEMA sobre adensamento das cadeias de alumínio e soja
- Uso do poder de compra privado: Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores – PRODFOR (FINDES); aumento da participação de fornecedores locais nos grandes projetos e compradores locais

Ação 4.2

Definir mecanismos que viabilizem o estabelecimento de governanças para os APLs industriais

- Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) no MDIC

Ação 4.3

Implantar política industrial, de comércio exterior e de inovação para a promoção e fortalecimento dos APLs industriais

- Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE)
 - Projeto Exporta DF (CIN/FIBRA)
 - MG: Exporta Minas
 - SP: Investe SP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade
-



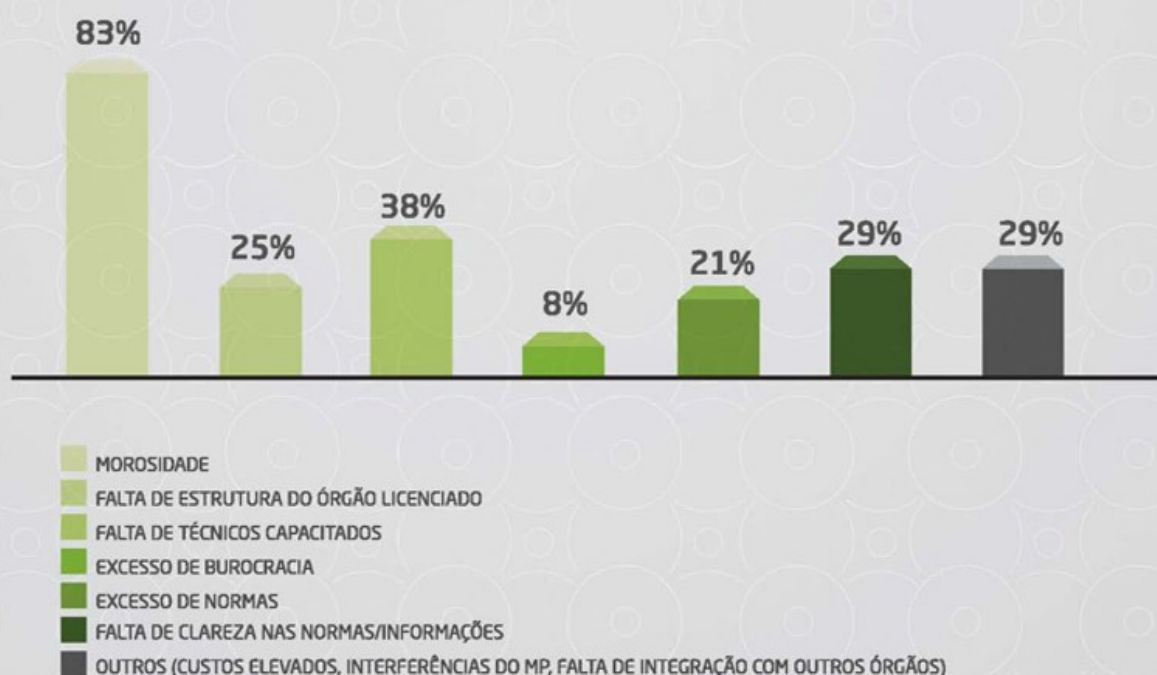
Agilização e racionalização do licenciamento ambiental

Reduzir prazos e etapas do
processo de licenciamento
ao mesmo tempo em que se
aumenta a segurança jurídica
de todos os envolvidos

Sem perder de vista a diretriz da conciliação do desenvolvimento produtivo com a capacidade de suporte ambiental do DF, é preciso simplificar, agilizar e racionalizar a legislação e o processo de licenciamento.

Em 2013, a CNI realizou a “Pesquisa sobre Licenciamento Ambiental nos Estados”, consultando as 27 federações de indústrias nos Estados, que reúnem 1.250 sindicatos e 350 mil empresas, além de consultar 18 associações empresariais setoriais. A partir das conclusões obtidas na pesquisa, entre os principais problemas enfrentados pelo empreendedor estão a morosidade dos processos ou a falta de celeridade dos órgãos ambientais, a falta de técnicos capacitados responsáveis pelo licenciamento e a falta de estrutura dos órgãos licenciadores. Também foram citados como entraves o número excessivo de normas, sendo muitas delas pouco claras, o excesso de condicionantes e de documentações exigidas, além da interferência constante do Ministério Público.

Figura 19: Principais problemas enfrentados no processo de licenciamento no Brasil



Fonte: Pesquisa sobre Licenciamento Ambiental CNI 2013

Os desafios da racionalização e da agilização do processo de licenciamento ambiental carecem de suporte governamental atento e cuidadoso, de modo a evitar efeitos negativos. No artigo intitulado “O Licenciamento Ambiental Simplificado como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável às Futuras Gerações”, publicado em 2015 por Renato Rodrigues Freitas Júnior, que analisou a efetividade do Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) como instrumento importante de promoção de desenvolvimento sustentável, na medida da sua capacidade de conceder maior celeridade à concessão de licenças ambientais, o autor sugere que a discussão acerca da ampliação da utilização do LAS e de outros instrumentos de simplificação “não pode servir como um paliativo para a notória desorganização estatal, e é temerário sugerir-se a flexibilização do licenciamento ambiental sem antes equiparmos eficiente e decentemente os órgãos competentes com instrumentos e pessoal capazes de promover a análise segura e célere dos projetos. O Estado precisa urgentemente colocar em prática modelos legais amparados em conhecimento científico substancial, que permitam, naturalmente, maior agilidade e eficiência garantindo a preservação da natureza.”

Na questão dos modelos legais, mesmo não havendo no DF o ente municipal, temos o desafio de evitar a sobreposição de normas legais e infralegais que resultem no aumento da insegurança jurídica de empreendedores e dos próprios aplicadores da legislação, como é o caso dos técnicos responsáveis pelo processo de licenciamento ambiental.

Para isso, é pertinente a recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT ao Governo de Brasília para agilizar a “conclusão do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal para aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, cujas diretrizes devem nortear a aprovação do PDOT, LUOS, PPCUB e Lei de Permeabilidade do Solo, visto tratar-se de instrumento de planejamento territorial que tem precedência sobre os demais, dada à sua incumbência de orientar a ocupação do território de acordo com a sua capacidade de suporte, cujos limites, se desrespeitados, levam a situações críticas de insustentabilidade, a exemplo da própria crise hídrica atual”³.

³ Recomendação nº 39 das 64 constantes do documento “Contribuições do MPDFT para o Enfrentamento da Crise Hídrica no Distrito Federal”, de 31 de março de 2017.



Ações Propostas



Saiba mais

Ação 5.1

Racionalizar e dar celeridade aos procedimentos de licenciamento ambiental, por meio da criação de um portal eletrônico simplificado

- Resoluções 01 a 04 /2014 CONAM/DF para agilização
- Mato Grosso: digitalização do processo de licenciamento
- Minas Gerais: referência na legislação ambiental

Ação 5.2

Garantir a harmonização da legislação relacionada ao uso do solo para proporcionar segurança jurídica dos investimentos

- ZEE/DF: processo de discussão coordenado com 23 secretarias.
- Experiência do Estado do Acre na construção de parceria e na base normativa para a gestão integrada dos recursos do solo à paisagem e à realidade social



Simplificação e racionalização tributária

Promover a simplificação
e a racionalização da
legislação tributária do DF

O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias entre países em estágios de desenvolvimento similar. Além do peso excessivo sobre a produção de bens e serviços, a estrutura tributária é complexa, devido à existência de muitas regras, resultando, na maioria das vezes, em cumulatividade de tributos, segundo estudos realizados pela Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Essas características contribuem para um sistema tributário ineficiente, sob o ponto de vista de arrecadação e bem-estar social, e impõem elevados custos com a burocracia associada às obrigações tributárias, além de estimular a informalidade e a sonegação.

Segundo estudo “Sondagem empresarial – A força do Distrito Federal – 2013”, realizado pela PwC Brasil, os líderes empresariais do Distrito Federal percebem a carga tributária como maior entrave à economia. Esse item é citado por 65% dos entrevistados quando estes são questionados sobre os fatores que mais impactam seus negócios. Um dos motivos que convertem a carga tributária em preocupação é o fato de o Distrito Federal não oferecer as mesmas condições tributárias praticadas pelos estados vizinhos às empresas brasilienses. Isso resulta na redução da competitividade do produto da Indústria local, gerando estagnação dos investimentos, dos empregos e da renda.

A legislação do ICMS do Distrito Federal (Lei nº 1.254/96) foi promulgada ainda na década de 90, juntamente com o seu decreto regulamentador (Dec. nº 18.955/97). Desde sua criação, já se passaram 20 anos. Nesse período, muita coisa foi alterada no regramento da legislação tributária. Novas interpretações foram dadas às questões relacionadas com insumos, incidência, cumulatividade etc.

É preciso rever a legislação do ICMS local, sobretudo no que diz respeito ao setor industrial, no sentido de adequá-la à realidade dos demais estados e assim aumentar a competitividade do produto fabril local ou até mesmo possibilitar igualdade de condições.



Ações Propostas

Ação 6.1

Permitir a desoneração do ICMS sobre investimentos industriais destinados a ativo fixo

Ação 6.2

Reformular a legislação tributária do DF, adequando-a aos requisitos de competitividade e de eficiência produtiva



Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Promover ambiente favorável
à Inovação e à digitalização
do setor industrial

Inovar depende de um ambiente institucional propício, formado por um conjunto de leis e regulamentos, incentivos, centros de pesquisas, universidades, laboratórios e fontes de financiamento, conforme estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI. Também se fazem necessárias políticas que estimulem educação de qualidade, pesquisa científica e capacidade de gestão, que, combinadas, resultem na geração e na transformação do conhecimento em riqueza para a sociedade.

A última edição (2016) do Ranking de Competitividade dos Estados, realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), analisou três indicadores que formam o pilar Inovação. São eles: Produção Acadêmica (total de documentos publicados em periódicos acadêmicos indexados no Scopus em relação à população total); Patentes (total de concessões de patentes ⁴[1] em relação ao PIB); e Investimentos em P&D (participação de investimento público em P&D no PIB estadual).

O DF ocupou a 4ª posição no *ranking* de competitividade elaborado pela CLP. Isso se deve ao fato do excelente posicionamento do pilar “Produção Acadêmica”, a 3ª posição no *ranking* geral. Isso tem uma relação direta com o número de universidades. No entanto, com relação a investimentos em P&D, o DF ocupou a 25ª de um total de 27, o que pode estar relacionado a falta de um ambiente institucional adequado à inovação.

Se por um lado o ambiente ainda é incipiente, por outro lado, o DF reúne uma série de oportunidades de desenvolvimento tecnológico e inovação decorrentes do poder de compra público e de vantagens inerentes da proximidade com os órgãos decisores, que poderiam alavancar setores industriais existentes e novos, como por exemplo, a aquisição de medicamentos e equipamentos via Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), do Ministério da Saúde, cujo poder de compra em 2014 foi R\$ 8,54 bilhões, e de projetos estratégicos do Ministério da Defesa (chamado PAC Defesa) que, apenas para 2017, prevê um orçamento de R\$ 6,4 bilhões.

A Federação das Indústrias já tem desenvolvido ações para mudar a realidade do DF na área de Pesquisa e Desenvolvimento em inovação. A implantação do Programa Inovindústria representa uma iniciativa viabilizada por meio de convênio de cooperação técnica e financeira entre a CNI, SEBRAE e FIBRA, com o objetivo de sensibilizar e capacitar empresários das MPEs no assunto.

O Programa se propôs também a dar apoio na adequação de projetos para apresentação aos órgãos de fomentos à inovação no Distrito Federal.

4 ⁽¹⁾ Englobando os tipos: “Patente de Invenção”, “Modelo de Utilidade” e “Certificado de Adição” (Ranking CLP, 2016).

Apesar dos bons resultados apresentados, ainda falta muito para que a Indústria do DF tenha condições de desenvolver projetos inovadores e assim alavancar os investimentos em P&D. Para haver mudança na matriz econômica no DF, sobretudo pela utilização de áreas de conhecimento intensivo, é imprescindível a formação de capital humano, o estímulo a formação de novas empresas de base tecnológica e a criação de um ambiente institucional adequado, a partir da criação de leis e regulamentos de incentivo à inovação.

Outro grande desafio é o aproveitamento do potencial gerado pela implantação do BioTic – Parque Tecnológico. Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, os parques tecnológicos beneficiam os empreendimentos localizados neles – além da região e da economia como um todo – por gerarem um ambiente de cooperação entre empresas inovadoras e instituições de Ciência e Tecnologia. Os parques oferecem serviços de alto valor agregado às empresas, facilitam o fluxo de conhecimento e tecnologia, possibilitam a geração de empregos qualificados e o aumento da cultura e da atividade empreendedora. Além disso, favorecem a formação de clusters de inovação e a competitividade da região onde estão localizados.

Segundo estudos da Fibra, o BioTic poderá promover uma dinamização da base industrial do DF, a partir da atração de investimentos para a instalação de indústrias de tecnologia de ponta e de instituições de ensino e pesquisa, por meio de uma articulação entre setor empresarial, acadêmico e governamental. Estes investimentos apoiarão uma mudança estrutural no perfil econômico da região, uma vez que desenvolverão, de modo crescente, setores econômicos intensivos em conhecimento e inovação, de baixo impacto ambiental, geradores de emprego e renda qualificados, capazes de exportar e de contribuir para a inserção competitiva do DF e da RIDE-DF na economia globalizada do conhecimento.



Ação 7.1

Implementar a Política de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do DF, possibilitando uma atuação coordenada entre a academia, o governo, a Indústria e as agências de fomento

- Núcleo de Inovação e da Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI na FIBRA

Ação 7.2

Instituir política que discipline a concessão de recursos financeiros, creditícios e fiscais para a promoção de desenvolvimento tecnológico e inovação do DF

- SC: Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação 7.3

Ampliar e vocacionar o orçamento da FAP-DF na área de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, objetivando fomentar parcerias entre a academia, institutos de pesquisa e a Indústria

- FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco: demandas da indústria contratam professores locais
 - FAPESP e FAPESC captam recursos também em outras fontes
-



Crédito e Financiamento

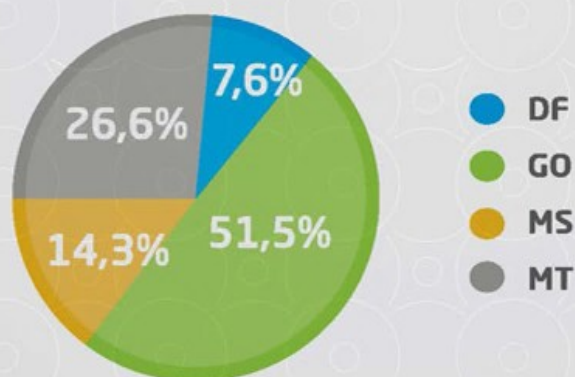
Ampliação das opções
de linhas de crédito e
financiamento voltados
para a indústria

O crédito bancário tem papel fundamental no desenvolvimento do setor empresarial. O bom funcionamento de um sistema financeiro pode acelerar a entrada de inovações tecnológicas, buscando aproximar e financiar empresários capazes de desenvolver produtos, com objetivo de estimular o crescimento econômico.

O capital criado pelo crédito bancário ajusta o acesso do empresário à corrente de bens, possibilitando a aquisição de meios de produção, matérias-primas e contratação de mão de obra. Conceder crédito ao empresário significa emitir uma ordem ao sistema econômico, em concordância com a vontade do empresário no sentido de criar competência produtiva aditiva. Isto provoca a transformação de capital líquido em capital fixo ou meios de produção.

Apesar de não haver dúvidas acerca da importância do crédito bancário no desenvolvimento do setor empresarial, o volume de crédito contratado por pessoas jurídicas, principalmente empresas industriais, é baixo se comparado à oferta de crédito disponível.

Figura 20: Total de desembolsos do FCO para a Indústria por UF em 2015 (em milhões)



Fonte: Relatórios de Gestão do FCO/SUDECO/Ministério da Integração Nacional

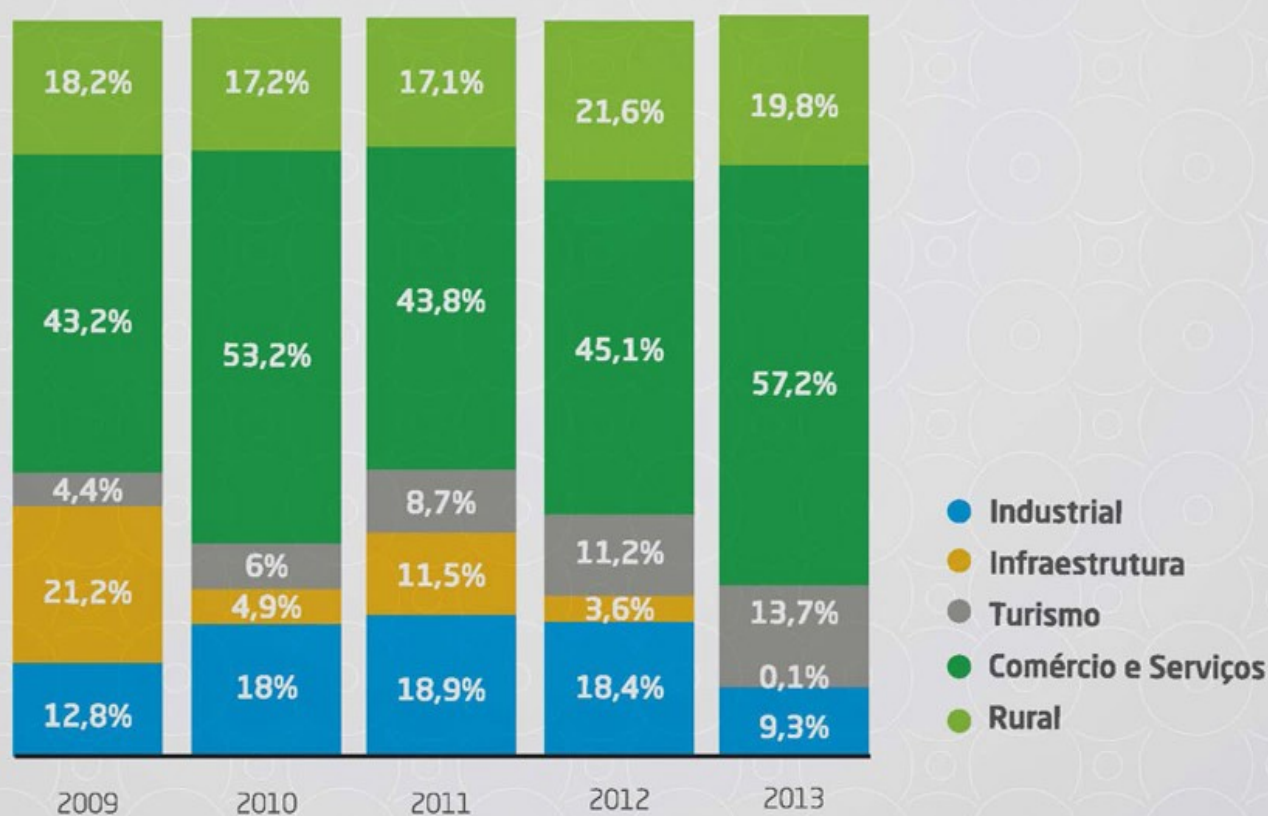
A razão deste fenômeno, segundo os bancos, é a falta de garantias. Contudo, essa razão não se combina adequadamente com a maior facilidade de crédito ao indivíduo, a princípio tão incapaz de fornecer garantias adequadas quanto às empresas.

Estudos realizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que um dos principais fatores inibidores do crédito pelo setor fabril é a dificuldade de acesso aos bancos como forma insti-

tucionalizada de apoio financeiro às empresas de pequeno e médio porte. Entre os fatores que estariam dificultando o acesso ao crédito para o setor, merecem destaque os *spreads* bancários elevados, a insuficiência de crédito de longo prazo, fontes estáveis de recursos e fundo de aval para operações de menor volume.

No Distrito Federal, a ausência de uma política de crédito com um perfil empresarial acaba potencializando a problemática do acesso ao crédito às empresas, especialmente à Indústria. A participação nos desembolsos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) por parte da Indústria brasileira alcançou em 2015 cerca de 7,6% sobre o total de desembolsos para o setor industrial na região Centro-Oeste, percentual bem abaixo daquele observado no estado de Goiás (51,5%), Mato Grosso (26,6%) e Mato Grosso do Sul (14,3%).

Figura 21: Participação dos setores nos desembolsos do FCO no Distrito Federal

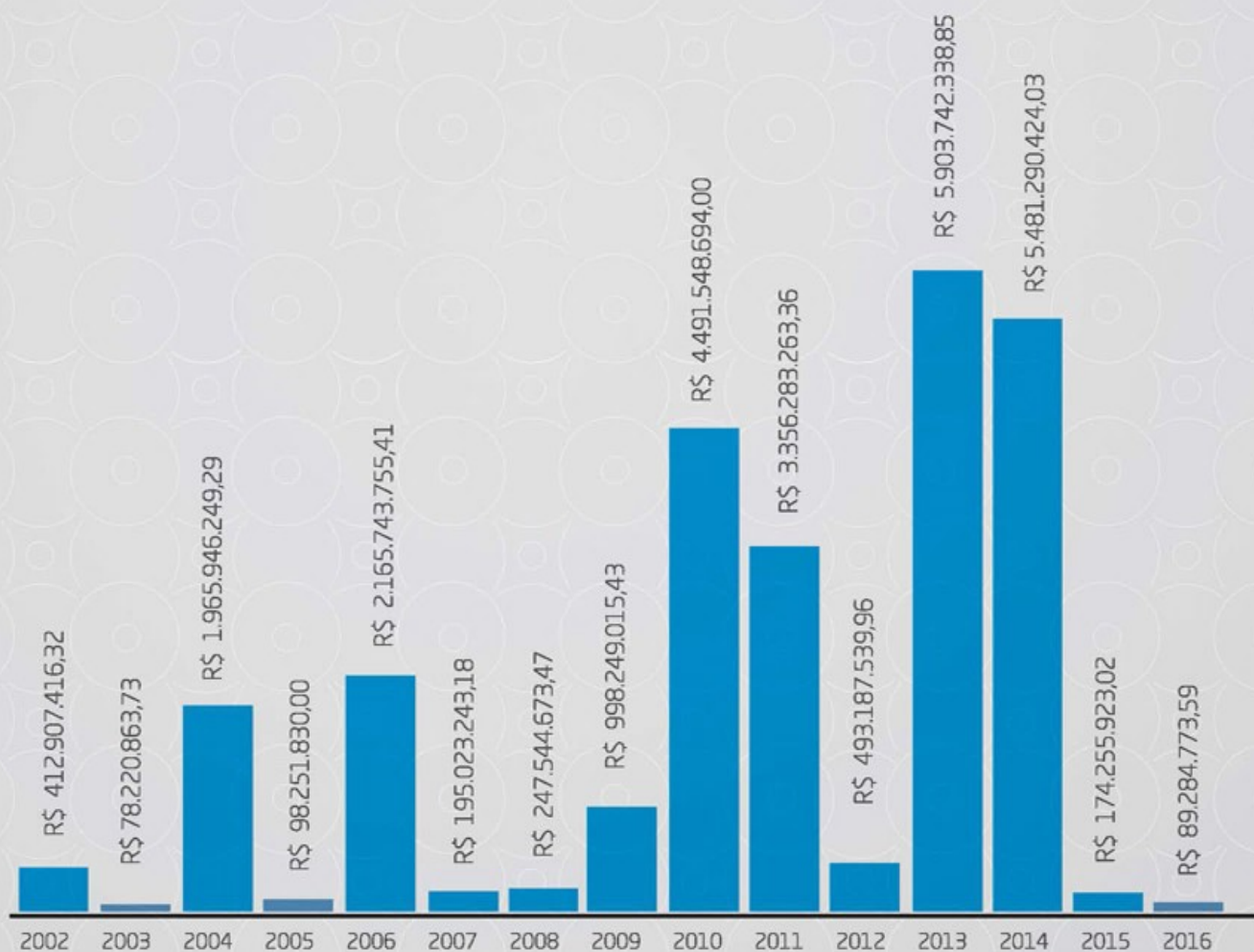


Fonte: Relatórios de Gestão do FCO/SUDECO/Ministério da Integração Nacional

A participação de setores econômicos nos desembolsos do FCO no DF apresenta uma distribuição em que a indústria, entre 2009 e 2013, alcança um patamar médio de 14,7%, com um pico de 18,9% em 2011. Verifica-se destaque negativo para a participação dos financiamentos destinados a infraestrutura no DF, que chegaram a 21,2% do total de desembolsos em 2009 e caíram para 0,1% em 2013.

A análise dos desembolsos do BNDES⁵ mostra grande irregularidade no volume dos valores desembolsados de 2002 a 2016, e que a participação do DF em relação ao total dos desembolsos no Brasil alcança uma média de 2,2%, para uma participação do PIB de 3,4% (em 2014).

Figura 22: Total dos desembolsos do BNDES no DF (R\$)



Fonte: BNDES

5 Soma dos desembolsos das operações contratadas na forma direta e indireta não automática, operações com entes da Administração Pública Direta e Operações contratadas na forma indireta automática (não foram incluídas as operações do Cartão BNDES e nem as contratadas com Pessoas Físicas).

Com relação aos desembolsos da região Centro-Oeste, a média de participação do DF no mesmo período é de 22%, para uma participação no PIB da região de cerca de 36% (2014). No gráfico a seguir, verifica-se a variação da participação do DF no total dos desembolsos do BNDES na região Centro-Oeste e no Brasil entre os anos de 2002 a 2016.

Figura 23: Participação do Distrito Federal no total de desembolsos do BNDES na região Centro-Oeste e no Brasil



Fonte: BNDES

Os resultados sugerem um quadro no qual a política de crédito executada pelos bancos na capital federal privilegie mais pessoas físicas do que jurídicas, dificultando o ambiente de negócios para o setor empresarial.

Nesse sentido, o Governo de Brasília deve estimular a construção de uma política de crédito para o setor empresarial, de forma a tornar menos burocrático e mais ágil o financiamento para o setor privado, especialmente, às pessoas jurídicas. Essa nova orientação ao crédito empresarial deve considerar também o estímulo ao mercado de capitais, que tem o potencial de se tornar um importante canal de fortalecimento financeiro da Indústria brasileira.

Além disso, faz-se necessário a realização de ações no sentido de se promover a divulgação dos instrumentos disponíveis no DF para apoio ao desenvolvimento produtivo, a exemplo do Guia de Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da ABDI (<http://guia.abdi.com.br>). O Guia é uma ferramenta de consulta aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento produtivo, de acordo com o perfil e a demanda da empresa, com informações de instrumentos de apoio financeiro, apoio técnico, defesa comercial, incentivos e desonerações, apoio à inovação e à exportação.



Ações Propostas



Saiba mais

Ação 8.1

Reorientar a política de crédito do BRB de modo a ampliar as opções de financiamento ao setor industrial do DF

Ação 8.2

Implementar o modelo de Sociedade Garantidora de Crédito (SGC) no DF como instrumento garantidor de crédito às MPes

- Sociedade de Garantia do Centro Sul do Paraná – SGC CENTRO SUL

Ação 8.3

Criar Fundo de Investimento privado destinado a ampliar os recursos do Programa IDEAS Industrial

Ação 8.4

Promover a reestruturação do Programa IDEAS Industrial, de modo a torná-lo mais acessível ao seu público-alvo

Ação 8.5

Fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais no DF



Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF - Agenda 2017/18

Coordenação Geral

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Diones Cerqueira

Equipe técnica

Leila Ferreira

Fernanda Nóbrega

Contribuições

DIRETOR SECRETÁRIO

Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva

DIRETOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO E APOIO SINDICAL

Fernando Antônio Bezerra Japiassu

GERÊNCIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO E APOIO SINDICAL

Leonice Xavier Nunes

DIRETOR DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Graciomário de Queiroz

GERÊNCIA DE PROJETOS DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Reinaldo Dias Ferraz de Souza

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Marcontoni Bites Montezuma

GERENCIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Ana Paula Dias Machado de Castro
Pessoa

DIRETOR DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSE

Walid de Melo Pires Sargedine

GERÊNCIA DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES

Susana da Silva Tostes

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DO DF

Viviane Brunelly Tavares Pinheiro

DIRETORIA DE OPERAÇÕES SESI/ SENAI

Maria Gricélia Pinheiro de Melo

CONSULTORIA JURÍDICA

Ana Cláudia Macedo Boño

Luciana Ferreira Braga

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

Vania Mara Ferreira Gasperin

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Pedro Alejandro

ASSESSORIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Bruno Bandeira

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Suzana Leite

